

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

VINÍCIUS RODRIGUES VIEGAS

**CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL:
a posição do Bannrisul nesse cenário.**

Porto Alegre, dezembro de 2017.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

VINÍCIUS RODRIGUES VIEGAS

**CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL:
a posição do Bannrisul nesse cenário.**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Julio Cesar de Oliveira

Porto Alegre, dezembro de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

VINÍCIUS RODRIGUES VIEGAS

A CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL:
a posição do Bannrisul nesse cenário.

Aprovado em: Porto Alegre, 22 de dezembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Julio Cesar de Oliveira – Orientador
UFRGS

Professor Doutor Antônio Ernani Martins Lima
UFRGS

Professora Mestre Karen Stallbaun
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha esposa Aline, sem a qual eu não teria chegado até aqui. Obrigado pelo apoio e por não me deixar desistir de buscar o grau.

Agradeço a minha família pelo suporte e valores que me fizeram ser quem eu sou hoje.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao Professor Dr. Julio Cesar pelo incentivo e orientação.

RESUMO

O sistema bancário brasileiro passou por mudanças profundas desde o processo de reestruturação promovido pelo governo, como resposta à ameaça de crise bancária ocorrida após o lançamento do Plano Real. O governo reagiu a este contexto reestruturando o sistema através de liquidações e privatizações, por meio do PROES e do PROER, incentivando a fusão, incorporação e transferência de controle acionário de bancos públicos e mesmo liquidando alguns bancos privados. Este ajuste provocou uma onda de fusões e aquisições, que resultou em um importante movimento de consolidação bancária no Brasil, resultado da significativa redução do número de bancos e da maior concentração no mercado. No Rio Grande do Sul, o banco Banrisul resistiu à crise, utilizou-se do PROES para reestruturar-se e permaneceu sob o controle do Estado. Atualmente desempenha um importante papel no sistema bancário nacional, marcado pela concentração.

Palavras-chave: Sistema bancário. Bancos. Concentração. Banrisul.

ABSTRACT

The Brazilian banking system has undergone profound changes since the restructuring process promoted by the government, in response to the threat of banking crisis that occurred after the launch of the Real Plan. The government reacted to this situation by restructuring the system through liquidations and privatizations of public banks, through PROES and PROER, encouraging the merger, incorporation and transfer of control of public banks and even liquidating some private banks. This adjustment provoked a wave of mergers and acquisitions, which resulted in a significant movement of bank consolidation in Brazil, as a result of the significant reduction in the number of banks and the greater concentration in the banking market. In Rio Grande do Sul, Banrisul bank resisted the crisis, used PROES to restructure itself and remained under state control. Today it plays an important role in the national banking system, characterized by concentration.

Keywords: Banking system. Bank. Concentration. Banrisul.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação dos quatro maiores bancos do país em ativos, operações de crédito e depósitos.....	41
Tabela 2 – Pontos de atendimento.....	52
Tabela 3 – Abrangência de atendimento no RS.....	53
Tabela 4 – Composição acionária.....	55
Tabela 5 – Ativos totais.....	56
Tabela 6 – Número de agências.....	57
Tabela 7 – Quantidade de clientes.....	57
Tabela 8 – Comparação de tarifas.....	58
Tabela 9 – Comparação de taxas.....	59

LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 1 – Evolução dos níveis de concentração (IHH).....	40
Gráfico 2 – Quantidade de agências bancárias.....	42
Gráfico 3 – Evolução do lucro líquido (1995 a 2005).....	50
Gráfico 4 – Evolução do lucro líquido (2006 a 2016).....	50
Gráfico 5 – Índice de Basiléia.....	60
Gráfico 6 – Retorno sobre o ativo (ROA).....	61
Gráfico 7 – Retorno sobre o patrimônio líquido (ROE).....	62

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS	13
2.1 ESTRUTURAS DE MERCADO.....	13
2.1.1 MONOPÓLIO.....	13
2.1.2 OLIGOPÓLIO.....	13
2.1.3 CONCORRÊNCIA PERFEITA.....	14
2.1.4 CONCORRÊNCIA MONOPOLÍSTICA.....	15
2.2 ACUMULAÇÃO, CONCENTRAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DO CAPITAL.....	16
2.3 CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL.....	17
2.4 FUSÕES E AQUISIÇÕES.....	19
2.5 A CONCENTRAÇÃO NO SETOR BANCÁRIO.....	22
2.5.1 FUSÕES E AQUISIÇÕES NO SISTEMA BANCÁRIO.....	24
2.5.2 O RISCO DE MONOPÓLIO NO SISTEMA BANCÁRIO E A NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO DO SETOR.....	26
3 O PLANO REAL E A REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO	30
3.1 O PLANO REAL E A CRISE BANCÁRIA.....	30
3.2 A FRAGILIDADE DOS BANCOS ESTADUAIS.....	32
3.3 PROGRAMAS DE REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIA: PROES e PROER.....	35
3.4 A CONSOLIDAÇÃO DO SETOR E A CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL.....	37
4 A PARTICIPAÇÃO DO BANRISUL NO CENÁRIO DE CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA	44
4.1 BANRISUL: DE BANCO RURAL A BANCO MÚLTIPLO.....	44
4.2 O GRUPO BANRISUL.....	46
4.3 A CRISE E A RECUPERAÇÃO PELO PROES.....	48
4.4 PANORAMA ATUAL.....	52
4.4.1 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA.....	54

4.5 BANRISUL X OUTROS BANCOS: ANÁLISE DA COMPETITIVIDADE.....	55
4.5.1 TARIFAS E TAXAS.....	58
4.5.2 ÍNDICE DE BASILÉIA.....	59
4.5.3 RETORNO SOBRE O ATIVO E SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
6 BIBLIOGRAFIA.....	66

1 INTRODUÇÃO

A mudança no cenário econômico nacional a partir da implementação do Plano Real fez surgir uma grande instabilidade no sistema bancário brasileiro. Com o intuito de salvaguardar a saúde do sistema financeiro nacional e solidificar o setor bancário foram adotadas pelo governo medidas de incentivo à fusões e aquisições no setor bancário, visando fortalecer as instituições e evitar a eclosão de uma possível crise sistêmica.

Em 1995, o governo criou o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), que incentivava a incorporação de instituições financeiras insolventes por outras instituições, e era complementado por várias outras medidas no sentido de garantir a solidez do sistema financeiro. Em seguida, em 1996, foi criado o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES). Iniciou-se, então, um processo de redução de instituições, com fusões e aquisições de diversos bancos nacionais, processo que já era uma realidade no mercado americano e no mercado europeu.

O sistema bancário brasileiro percebeu que poderia ganhar escala e participação nos mercados utilizando-se desses mecanismos. Houve, então, uma redução significativa dos bancos públicos estaduais, que apesar de terem uma percepção pública satisfatória, oneravam seus estados. No entanto, no Rio Grande do Sul, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) resistiu à crise que sucedeu à implantação do Plano Real. Ao contrário da grande maioria dos bancos estatais brasileiros, a instituição resistiu à pressão e mesmo utilizando os mecanismos do PROES, a decisão de seu acionista majoritário, o Estado do Rio Grande do Sul, foi de manter o banco público.

Procura-se neste trabalho, fazer uma análise do sistema bancário nacional a partir do período pós-Plano Real para, então, responder à questão central de como o Banrisul, um dos únicos bancos estatais do Brasil ainda não privatizados, se posicionou neste cenário desde a crise até os dias atuais, e de como foram as tomadas de decisão que resultaram na manutenção do Banrisul como banco público estadual.

O objetivo principal do estudo é analisar, à luz de seus fundamentos teóricos, a evolução do processo de concentração no setor bancário brasileiro,

após a implementação do Plano Real, que culminou em uma série de fusões e aquisições no setor e verificar como o Banrisul se encontra nesse cenário.

Os objetivos específicos são analisar as consequências do Plano Real no mercado financeiro; identificar as medidas de incentivo promovidas pelo governo brasileiro para salvaguardar o sistema bancário; verificar o resultado dos mecanismos de incentivo do governo sobre o mercado bancário e analisar a presença do Banrisul no mercado financeiro, desde a crise e a sua utilização do PROES, até o cenário de concentração bancária atual.

A hipótese que este trabalho sustenta é a de que o Banrisul, por meio do plano de resgate financeiro aos bancos estaduais, o PROES, combinado com um processo de estabilização financeira nacional, passou a operar com foco em negócios, com sua transformação em banco múltiplo. Isso o possibilitou alavancar uma posição de destaque no sistema financeiro nacional.

Estudar o tema de fusões e aquisições é essencial para compreender a situação atual do sistema financeiro. Esta pesquisa leva as teorias de concentração bancária a um estudo mais específico, sobre a participação do Banrisul no cenário bancário nacional.

O Banrisul atua no Estado do Rio Grande do Sul como importante fomentador da economia local. Presente em 430 municípios do Rio Grande do Sul, o Banrisul alcança 98,5% da população gaúcha. Apesar de dividir o espaço de banco público com a Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, o Banrisul representa a visão local, mais próximo à realidade regional do Estado.

Esta pesquisa se justifica, assim, pelo interesse em oferecer subsídios destinados à ampliação dos questionamentos e estímulo aos debates sobre o tema “bancos públicos no Brasil”. Este trabalho foi construído a partir da crença de que uma gestão profissionalizada, e a grande abrangência do Banrisul faz deste um banco que conseguiu superar da crise e se utilizar do PROES para alavancar sua posição no mercado.

Esta monografia está dividida em três capítulos. No capítulo inicial será feita uma revisão da literatura acerca das estruturas de mercado, concentração de capital, concentração industrial, e sobre as fusões e aquisições. No capítulo seguinte será apresentado o cenário do setor bancário brasileiro após a implementação do Plano Real. Em seguida, a movimentação do governo federal em busca da consolidação do setor, com a criação dos programas PROER e

PROES. Finalizando, no último capítulo, será apresentado o Barrisul, passando pelo financiamento do PROES e pela análise de seus resultados atuais, em comparação com os grandes bancos nacionais.

2 CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Neste capítulo será apresentado o referencial teórico da pesquisa. Primeiramente, o capítulo apresenta as estruturas de mercado, acumulação e centralização do capital, fusões e aquisições. Contextualiza-se também o poder de mercado e competitividade no cenário financeiro. Por último, analisa as vantagens e desvantagens da concentração e apresenta o risco de monopólio no mercado.

2.1 ESTRUTURAS DE MERCADO

As estruturas básicas de mercado são o monopólio, a concorrência perfeita, a concorrência monopolística e o oligopólio.

2.1.1 MONOPÓLIO

De acordo com Melo (2002), monopólio é a estrutura em que há apenas um produtor no mercado. O modelo teórico do monopólio supõe uma única empresa dominando o mercado. A demanda da empresa é a demanda da indústria. Os consumidores não têm outra alternativa senão comprar do monopolista. O monopolista tem o poder de impor o preço aos consumidores. Este poder de mercado absoluto permite que o monopolista opere sempre com lucros extraordinários.

O preço será mais alto e a produção será menor no monopólio do que em uma competição perfeita. Portanto, o consumidor estará sempre em condições de bem-estar inferiores àsquelas da competição perfeita. É por isso que o modelo de competição perfeita é considerado o padrão de comparação para aferir a eficiência dos outros modelos competitivos. (MELO, 2002)

Segundo Vasconcellos e Garcia (2008), para que existam monopólios, devem haver barreiras que impeçam a entrada de novas firmas no mercado. Dessa forma, os lucros extraordinários devem persistir a longo prazo.

2.1.2 OLIGOPÓLIO

De acordo com Kon (1999), a característica básica do oligopólio é a presença de poucas firmas que compõem uma indústria específica, que apresentam uma interdependência de ações, no sentido de que a sobrevivência de uma firma está condicionada às suas reações aos movimentos das demais e à sua capacidade de prever tais procedimentos das rivais. A definição do oligopólio abrange um conjunto de firmas que produzem produtos substitutos perfeitos entre si (oligopólio puro) ou substitutos próximos (oligopólio diferenciado).

Vasconcellos e Garcia (2008) definem oligopólio como um tipo de estrutura caracterizada por um número reduzido de empresas que dominam a oferta de mercado. No oligopólio, tanto as quantidades ofertadas quanto os preços são estabelecidos entre as empresas através de conluíus ou cartéis. *“Nos oligopólios, há empresas líderes que, via de regra, fixam o preço, respeitando as estruturas de custos das demais, e há empresas satélites que seguem as regras ditadas pelos líderes.”* (VASCONCELLOS; GARCIA, 2008, p. 114)

Segundo Kon (1999), sendo os mercados oligopolistas formados pela concorrência entre um número pequeno de empresas de porte econômico grande, a formação de preços nesta estrutura de mercado é determinada pela capacidade das firmas de digerirem o comportamento da demanda e de anteverem as ações e reações de suas concorrentes no mercado. *“A interdependência entre as firmas leva ao estabelecimento de acordos que visam à maximização do lucro conjunto de todas as firmas, em substituição ao lucro individual.”* (KON, 1999, p. 33)

2.1.3 CONCORRÊNCIA PERFEITA

Melo (2002) destaca que a estrutura de mercado definida como concorrência perfeita não prevê qualquer tipo de coordenação entre as empresas atuando neste mercado. As empresas tomam decisão de forma descentralizada, apenas sujeitas à disciplina do mercado.

Este mercado inclui um grande número de empresas. Estas empresas podem ser grandes, mas não podem ter poder de mercado. Nesse mercado, o tamanho absoluto da empresa deixa de ter relevância. O que interessa é o seu tamanho relativo; a parcela do mercado que está sob sua influência. A mesma

observação se refere aos compradores: nenhum comprador pode concentrar uma parte significativa da demanda total do mercado. (MELO, 2002)

Boff (2002) complementa:

No regime de competição perfeita, consideramos que os produtores oferecem um produto homogêneo e competem em quantidades. Em uma indústria perfeitamente competitiva, cada produtor presume que toda variação na sua oferta não altera significativamente o preço do produto no mercado. (BOFF, 2002, p. 195)

Melo (2002) destaca que, nessa situação não se considera a intervenção governamental no mercado. Tarifas, subsídios, fixação de salário e a regulamentação institucional ou legal são excluídas do modelo.

2.1.4 CONCORRÊNCIA MONOPOLÍSTICA

A definição dessa estrutura de mercado afirma que em uma indústria em competição monopolística existe livre entrada e as empresas se deparam com uma curva de demanda negativamente inclinada, e não horizontal como no caso da competição perfeita. (MELO, 2002)

Melo (2002) acentua que o conceito-chave da competição monopolística é a diferenciação de produtos, que pode surgir a partir de duas características:

A primeira porque os consumidores pensam que um produto é diferente dos demais. A segunda porque os consumidores preferem os produtos que possuem características ou atributos diferenciados e estão dispostos a pagar um prêmio para comprar estes produtos. No primeiro caso, a propaganda e as técnicas de vendas desempenham um papel importante. No segundo, características como a localização geográfica ou aspectos técnicos e de qualidade dos produtos fazem a diferença. (MELO, 2002, p. 21)

Melo (2002) aponta que o número de empresas no mercado é determinado pela facilidade de entrada na indústria, o que auxilia o consumidor, pois baixa o preço e aumenta a variedade de produtos que ele pode escolher.

Este tópico foi abordado para demonstrar que o mercado bancário brasileiro opera sob o regime de oligopólio. Conforme será analisado no próximo capítulo, no país, as quatro maiores instituições financeiras em operação (Itaú-Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) detém 78,6

% das operações de crédito¹. Esse fato demonstra a existência de concentração elevada nesse mercado.

2.2 ACUMULAÇÃO, CONCENTRAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DO CAPITAL

Kon (1994) destaca que o desenvolvimento da sociedade capitalista se fundamenta no crescente processo de concentração de capital. A autora fundamenta seu texto na obra de Marx, um dos primeiros estudiosos a esmiuçar o processo de concentração, *“seus conceitos foram a base para a crítica e posterior desenvolvimento das ideias sobre o funcionamento dos mercados capitalistas”*. (KON, 1994, p.47)

Marx define a acumulação de capital a partir da conceituação da mais-valia como a parte do capital produzida pela força de trabalho que excede o valor do salário que lhe é pago no processo de produção. O autor afirma que a concentração de capital é a aplicação ou retransformação dessa mais-valia em capital, como recomeço do processo produtivo. *“Nesse sentido, se a mais-valia se origina do capital através do processo de produção, a acumulação surge da transformação de parte do mais-produto em capital”*. (KON, 1994, p.48)

A autora defende que a acumulação depende da composição do capital entre capital constante (na terminologia marxista), ou seja, valor dos meios de produção, e capital variável – valor da força de trabalho, soma global dos salários. Quanto maior a parte destinada ao capital constante, maior a parcela destinada à acumulação. Por um lado, o crescimento do capital constante é consequência e por outro é condição da crescente produtividade do trabalho, porém reflete apenas uma divisão diferente dos capitais já existentes. *“Marx descreve a existência de uma lei econômica que se refere ao crescente aumento da parte constante do capital em relação à parte variável em razão direta do progresso da acumulação de capital”*. (KON, 1994, p. 48).

Então, segundo Marx, a concentração de capitais nada mais é do que o crescimento dos capitais individuais à medida que os meios sociais de produção e subsistência são transformados em propriedade de capitalistas. Por outro lado,

¹ Informação disponível no Relatório de Estabilidade Financeira do Banco Central, divulgado no dia 17 de outubro de 2017 no site do Banco Central do Brasil. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?relestab201710>>

a centralização do capital resulta da luta da concorrência em busca do barateamento das mercadorias, fato que depende do aumento de escala de produção e da produtividade.

De acordo com Kon (1994), a centralização ocorre por meio da mudança na distribuição de capitais, porque é retirado de muitas mãos individuais até formar massas grandiosas em uma só mão. *"Dessa forma, a centralização complementa a acumulação ao permitir que os capitalistas expandam a escala de suas operações industriais."* (KON, 1994, p.49)

2.3 CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL

Segundo Kon (1994), a concentração industrial é visualizada como um dos determinantes estruturais mais relevantes da competição. Segundo a autora, a concentração, no contexto da moderna teoria das empresas, é examinada a partir de dois enfoques:

- a) A concentração global, que se refere à parcela da produção ou das vendas da economia como um todo, que é responsável por um número relativamente pequeno de firmas, o que dá indicações sobre as estruturas e o potencial de poder da economia;
- b) A concentração de mercado, que se relaciona à parcela de mercado abrangida por um número relativamente pequeno de firmas em uma indústria ou em um mercado individual.

Kon (1994) destaca que esta concentração de mercado pode ser avaliada de uma maneira estática ou em seus aspectos dinâmicos, observando seu aumento ou decréscimo no tempo. *"Nesse sentido, os efeitos sobre a competição em um mercado podem ser observados e avaliados não apenas com relação ao número de firmas envolvido e nos impactos sobre a formação de preços e os níveis de produção, mas também sobre a desigualdade nos tamanhos das firmas, sobre a capacidade de inovação e sobre as barreiras à entrada de novas firmas"*. (KON, 1994, P. 56).

Dessa forma, explica a autora, as mudanças nos níveis de concentração de uma indústria resultam de fatores que induzem mudanças no poder dos produtores individuais como, por exemplo, no tamanho e no crescimento do

mercado, ou ainda a ocorrência de fusões ou outros fatores que possam alterar as condições de entrada de novas firmas em determinado mercado.

Kon (1994) descreve que embora a alta concentração na indústria usualmente resulte em uma conduta interdependente das firmas em relação a preços e produção, observam-se consequências desfavoráveis resultantes da falta de competição neste caso. Ao passo que a falta de competição, por outro lado, assegura a obtenção garantida de lucros afeta a eficiência interna das firmas, pois pode ocorrer uma falta de estímulo para a inovação e para a melhoria dos processos de produção e dos produtos, bem como para desenvolvimento na eficiência organizacional e gerencial.

Em contrapartida, de acordo com Kon (1994), observa-se que a alta concentração pode refletir no crescimento das firmas até um tamanho suficiente que garanta um nível mais eficiente de produção que reflita nas economias de escala, proporcionadas particularmente pelo desenvolvimento tecnológico, e que acarretem menores custos e preços com um nível mais elevado de produção.

Van der Laan (2011) comenta os possíveis benefícios da concentração de empresas:

Naturalmente, estruturas de concentração de empresas também produzem vantagens para a sociedade, sobretudo relacionadas com o aspecto do investimento em inovação tecnológica. Sobretudo, traduzem-se em ganhos de eficiência com efeitos para toda a economia, como no caso da introdução do home banking pelos bancos brasileiros. (...) Entretanto, não há uma correlação direta entre concentração de empresas e ganho de eficiência ou produtividade que leve a descartar iniciativas de regulação da defesa da concorrência e da economia popular. (VAN DER LAAN, 2011, P. 62)

Kon (1994) afirma que uma maior concentração industrial implica maior desigualdade na repartição do mercado entre as empresas, mas isto não significa que o inverso seja verdadeiro, que maior desigualdade implica maior concentração. Apesar de próximos, os dois conceitos não são equivalentes.

Segundo Resende e Boff (2002), medidas de concentração industrial são úteis para indicar preliminarmente os setores para os quais espera-se que o poder de mercado seja significativo. Ao que seguem:

O poder de mercado virtual de uma empresa individual está relacionado com sua capacidade de controlar o preço de venda do produto. Por isso, empresas mais eficientes, que produzem com custos

de produção mais baixos, têm mais facilidade que as demais de competir em preço e de ocupar parcelas crescentes do mercado através de reduções progressivas no preço. Mais particularmente, o poder de mercado de uma empresa se manifesta pela sua capacidade de fixar e sustentar o preço de venda em um nível acima daquele fixado pelas concorrentes, sem prejuízo para sua participação no mercado. (RESENDE e BOFF, 2002, p. 75)

Resende e Boff (2002) destacam que os resultados obtidos pelas empresas lhe conferem um poder de mercado individual no seio da indústria, que o índice de concentração tentará justamente capturar. O poder de mercado assume forma aparente na participação no mercado (*market share*) da empresa, a razão entre sua oferta (ou suas vendas) e a oferta total da indústria.

Van Der Laan (2011) salienta que estruturas concentradas associam-se a distorções na alocação de recursos econômicos. "*Naturalmente, para fins de prática de gestão regulatória, há dificuldades empíricas em se determinar, com precisão, um nível ótimo de concentração compatível com a eficiência.*" (VAN DER LAAN, 2011, p.63)

O próximo item do capítulo aborda um dos principais fatores que aumentam a concentração de mercado, que são as fusões e aquisições de empresas. O estudo desse tópico irá auxiliar, mais adiante, a compreensão da concentração no setor bancário do Brasil.

2.4 FUSÕES E AQUISIÇÕES

De acordo com Kon (1994), a concentração e centralização do capital levam ao desenvolvimento de estruturas de mercado cada vez mais oligopolizadas ou monopolistas, com a formação de combinações entre empresas que visam dominar a concorrência. "*Dessa forma, o alto grau de centralização acaba por resultar em um número reduzido de empresas em determinado setor de produção acirrando a concorrência e tornando mais vantajoso o caminho da combinação entre as empresas, ou seja, do surgimento de cartéis, trustes e fusões*". (KON, 1994, p.54)

A fusão é definida, pela legislação brasileira, como sendo uma operação de união de duas ou mais empresas que deixam de existir para formar uma sociedade completamente nova, que as sucederá em todos os seus direitos e obrigações. Segundo Araújo, Goldner, Brandão e Oliveira (2007), em caso de

fusão, normalmente, a empresa que procede à absorção conserva seu nome e sua identidade e todos os ativos e passivos são absorvidos por esta.

Já para Gitman (2002), as fusões são formas de expansão que as empresas utilizam e que devem ser empreendidas somente quando se espera que o valor da ação da empresa adquirente seja elevado. Não obstante, outras razões imediatas – como diversificação e vantagens tributárias – são motivadores desses processos. Todos eles, segundo o autor, poderão resultar em ganho para a empresa adquirente. (GITMAN (2002) apud. ARAÚJO, GOLDNER, BRANDÃO E OLIVEIRA, 2007, p. 2)

Para Kon (1994), na fusão a independência das firmas é totalmente abolida e as antigas firmas desaparecem, pela compra de uma firma pela outra (com unificação do capital), para dar surgimento a uma nova entidade comercial, sob direção única.

As firmas adquiridas no processo de fusão são conduzidas à venda de sua participação acionária por razões como a iminência de falência, obrigações tributárias ou outras acima de suas condições de pagamento, desvantagens técnicas relacionadas ao pequeno porte, ou desvantagens administrativas pelo fato de serem muito grandes para serem comandadas por uma só pessoas. Em qualquer dos casos, as dificuldades podem baratear os preços de vendas dessas empresas, facilitando a aquisição para a firma adquirente. (KON, 1994, P.55)

Para Dantas e Teixeira (2015), os processos de fusões e aquisições podem resultar em diversos ganhos para as empresas, como crescimento da organização, diversificação de produtos e serviços, aprimoramento de funções administrativas, aumento de liquidez, avanço em suas tecnologias, planejamento tributário, obtenção de sinergia e consolidação de mercado. Há, ainda, uma possibilidade dessas empresas se protegerem de seus concorrentes, que podem vir a realizar a aquisição em seu lugar. Eles destacam que existem basicamente dois motivos pelos quais as empresas realizam as fusões e aquisições atualmente: para criar valor ou para capturar valor.

Kon (1994) também analisa as razões das empresas adquirentes que, por sua vez, tem objetivos ou motivos para adquirir outras empresas tais como a possibilidade de obter ou de ampliar as economias de escala quando se encontram em um tamanho abaixo do ótimo com relação aos custos, diminuindo a concorrência e, dessa forma, economizando em marketing e canais de

distribuição. Também é motivo as complementariedades que podem ocorrer entre as empresas, nesse caso iniciando um processo de integração vertical. Há, também, a possibilidade de crescimento com maior velocidade e segurança, pois uma firma já em operacionalização pode prover economia de tempo para a aquisição de novos equipamentos e de conhecimentos. A autora cita, ainda, a possibilidade de dominação do mercado, eliminando rivais (partindo para a monopolização da produção).

Já a aquisição, de acordo com Kon (1999), é entendida como a compra da totalidade ou quase totalidade do controle acionário da empresa, seja através da compra de 100% da participação societária ou da compra do controle societário da empresa, na maior parte dos casos 50% + 1. Nos últimos anos, a maior parte das reorganizações societárias ocorridas no Brasil se deu através de aquisição de empresas.

As aquisições podem ser entendidas como “operações que determinam modificação permanente na estrutura societária de uma ou mais empresas, podendo ser estruturadas como: 1. *stock purchase* – compra ou venda de parte ou o total das ações de uma companhia (controle societário); 2. *asset purchase* - realizada por meio da venda dos ativos ou passivos do complexo empresarial”. (ROSS, WESTERFIELD e ROSS, 2002, apud FRANCO e CAMARGOS, 2011)

De acordo com Ross, Westerfiel e Jaffe (2002); Weston e Brigham (2000) apud. Camargos e Coutinho (2008) os processos de fusões e aquisições podem ser classificados em:

- a) horizontal: união entre firmas atuantes no mesmo ramo de atividade, geralmente concorrentes;
- b) vertical: quando resulta da união entre firmas que fazem parte da mesma cadeia produtiva, podendo ser para cima (montante), em direção aos fornecedores; ou para baixo (jusante), em direção aos distribuidores;
- c) conglomerado: quando envolve firmas em ramos de atividade não relacionados, cujo principal objetivo é a diversificação de investimentos, visando reduzir riscos e aproveitar oportunidades de investimento; e
- d) congênere: quando envolve firmas da mesma indústria, mas não atuam na mesma linha de negócios, não são nem fornecedores e nem clientes.

Segundo Camargos e Coutinho (2008), os motivos para as fusões e aquisições encontram suporte teórico nos diversos segmentos da chamada teoria da firma:

A teoria da firma apresenta uma explicação lógica para o seu surgimento, evolução e aumento do tamanho e também da atividade de F&As, uma vez que se trata de uma forma rápida de ela crescer, independentemente da motivação. Para os economistas clássicos e neoclássicos o surgimento e desenvolvimento da firma estavam baseados na racionalidade da eficiência, segundo a qual ela era uma forma de alocação dos fatores de produção que maximizava a riqueza de seus proprietários. Entretanto essa explicação era falha para alguns tipos de F&As, pois não contemplava a resolução do conflito latente de interesses diversos dos agentes da firma. Esse enfoque da teoria da firma é de grande utilidade para a explicação das F&As do tipo horizontal e em conglomerado, em que se busca a maximização da riqueza dos acionistas por meio principalmente do aumento do poder de mercado e de monopólio. (CAMARGOS; COUTINHO, 2008, p. 290)

Os autores destacam que, em todos os motivos para as fusões e aquisições, almeja-se ou a busca da maximização dos lucros da firma (riqueza dos acionistas), ou a maximização da utilidade gerencial e, em alguns casos, ambas. (CAMARGOS; COUTINHO, 2008)

2.5 A CONCENTRAÇÃO NO SETOR BANCÁRIO

Pizzoferrato (1999), destaca que, antes de estudar a concentração no setor bancário, é importante definir o objeto alvo: o mercado bancário. Por isso, um conhecimento da indústria bancária em termos conceituais torna-se essencial.

Segundo o autor, a indústria bancária é conhecida por compreender firmas multi-produtoras que, geralmente, se constituem por multi-plantas. Por firmas multi-produtoras entende-se firmas com a capacidade de oferecer uma composição de serviços não só heterogêneos como também variáveis no tempo, quer em termos de qualidade como de importância para a firma. Já o conceito de firmas multi-plantas refere-se ao fato de que os bancos são constituídos, geralmente, não por uma única unidade (matriz) mas, também, por agências espalhadas geograficamente por diversos pontos geográficos. Porém, de acordo com o autor, este conceito multi-plantas consiste num conceito geral, e não universal. (PIZZOFERRATO, 1999)

Costa (2012) acentua que a atividade bancária, responsável pela circulação financeira, permeia a produção, a distribuição e o consumo. Dessa forma, todos os bancos integram a economia real e todos os agentes econômicos fazem parte do sistema bancário. Ao que segue:

A concentração bancária possui lógica imanente à economia capitalista contemporânea: envolve a seleção competitiva entre os mais aptos a sobreviver em um mundo de ofertas hostis. Essa lei de mercado está calcada em dois conceitos motivacionais, um microeconômico, a economia de escala; outro, sistêmico, o multiplicador monetário. (COSTA, 2012, p. 408).

Van der Laan (2011) pondera que, se por um lado, a concentração bancária é um fenômeno inexorável, e se os bancos estrangeiros passaram a ocupar maior parcela do sistema de oferta de serviços e crédito bancário, há que se ocupar em moldar um sistema financeiro eficiente, que ofereça linhas de crédito ao menor custo possível, associadas a serviços bancários rápidos e baratos. *“Para o consumidor, o que interessa é valer-se de serviços de intermediação bancária pelo menor preço possível.”* (VAN DER LAAN, 2011, p.68)

Van der Laan (2011) ressalta a importância da regulação bancária para a eficiência dos bancos, ao lado da inovação e da tecnologia, pois quanto maior a eficiência do sistema bancário, maior também o fluxo econômico entre todos aqueles que se valem dos serviços de intermediação, quais sejam os agentes superavitários e os agentes deficitários. *“A questão é que, sob uma estrutura oligopolística, não existe o repasse dos ganhos de eficiência do sistema ao consumidor bancário final, estando aí uma questão importante a ser regulada pelo ente público.”* (VAN DER LAAN, 2011, p. 69)

Segundo Van der Laan (2011), quanto maior a concentração, maior a possibilidade de acordo tácito ou expresso entre empresas ofertantes e mais próxima a situação de monopólio, o que pode se dar naturalmente através das federações ou associações de bancos comerciais. Como tal situação induz à prática de um preço maior, ou uma despreocupação em ampliar a oferta de serviços de maneira a atender a demanda de uma parcela da população (concentrando-se no atendimento ao cidadão de maior renda), estabelece-se, de

acordo com o autor, uma relação inversa entre concentração e desempenho de mercado.

Portanto, de acordo com Van der Laan (2011) é característica do sistema financeiro uma concentração natural em poucas instituições líderes. Esse fato se verifica em dada a assimetria de informação dos agentes, o que naturalmente tende a reduzir a possibilidade de novas instituições bancárias robustas no sistema nacional que possam, porventura, ampliar o grau de competição no sistema de forma relevante.

2.5.1 FUSÕES E AQUISIÇÕES NO SISTEMA BANCÁRIO

No dinâmico mercado financeiro, de incertezas e riscos, os bancos buscam cada vez mais melhorar e superar os seus concorrentes. Novos produtos e serviços, direcionados a diferentes nichos de clientes, novas tecnologias que agregam qualidade e rapidez no atendimento criam ou ampliam negócios, gerando ganho de escala e aumento de capital. As fusões e aquisições são também formas de aumentar os conglomerados financeiros e garantir maior poder de mercado às instituições. *“Se a tendência da moderna economia industrial é do crescimento das fusões com o desenvolvimento do mercado, em períodos de recessão econômica as empresas tendem a se “rearrumar” no mercado, vendendo sua participação acionária e a oligopolização se acentua.”* (KON, 1994, P.55)

Conforme Kremer (2003), em termos econômicos, pode-se dividir as estratégias norteadoras dos processos de fusões e aquisições em três grandes grupos. O primeiro deles é a busca, por parte dos bancos, pela especialização de suas atividades. O segundo grupo corresponde à busca pela diversificação de suas atividades. Por fim, os agentes entrantes no mercado brasileiro, notadamente os estrangeiros, visam, ao comprar bancos já estabelecidos, saltar as barreiras à entrada existentes no setor.

No tocante à busca por novas tecnologias, Costa (2012) ressalta que esse era um fator fundamental para a manutenção da posição dos bancos no mercado. Os bancos gigantes adotaram uma estratégia para conquistar e manter a clientela varejista com base na crescente disponibilidade de tecnologias de

informação e equipamentos de autoatendimento. A tecnologia se tornou decisiva na disputa pelo mercado.

Porém, seguindo a linha de captação de valor de Dantas e Teixeira, a disputa pela captação do espaço de poder que as agências bancárias detinham era um dos grandes fatores de fusões e aquisições, conforme afirma Costa (2012):

Apesar de o desenvolvimento tecnológico permitir acesso ao banco pela internet, por telefone e por máquinas de autoatendimento, possuir agências ainda era fundamental, pois era na agência que acontecia o relacionamento pessoal do cliente com o banco. Este cliente era mantido pelo relacionamento, inclusive eletrônico. Nos mercados como o do Brasil, a presença da agência era mais fundamental do que em países da Europa ou nos Estados Unidos, porque havia, no país, uma parcela da população que tinha pouco acesso ou nunca tinha ido a um banco, que não tinha experiência com produtos financeiros. (...) A rede de agências também tinha o papel fundamental de reduzir o custo de captação dos bancos, dando um diferencial competitivo para as instituições de varejo. ” (COSTA, p. 270-271)

O número de agências dos bancos tornou-se uma vantagem competitiva. Kremer (2003, p. 61), destaca que *“a proximidade física com o cliente é importante, pois permite detectar prioridades, qual grupo de clientes atender bem como prospectar novos clientes, e também permite identificar oportunidades de novos negócios como vendas cruzadas”*.

Costa (2012) ressalta que o varejo bancário estava focado em ganho de escala e eficiência. Conseguir escala implicava aquisições.

A estratégia dos maiores bancos nacionais privados, portanto, foi crescer com aquisições de concorrentes em São Paulo e de bancos com nichos regionais, ganhando maior escala nacional. Uma empresa do setor bancário, para se tornar eficiente, tinha de operar em larga escala. Afinal, a estrutura montada para atender certo número de clientes era a mesma exigida para atender um número muito maior. (COSTA, 2012, p.271)

Por outro lado, Van der Laan destaca:

O argumento de defesa da prática de aquisições e fusões como um mecanismo que tende a gerar ganhos de eficiência no mercado, por sua vez, acaba perdendo espaço, pois não reflete uma eventual redução de custo dos serviços bancários oferecidos pelos grandes conglomerados, como a prática bancária demonstra. Ainda que seja uma prática normal de mercado, dentro da lógica concentradora capitalista, esses movimentos de incorporação e fusões parecem

indicar a necessidade, para o bem-estar econômico da sociedade, da imposição de limites para a concentração bancária, através de sistemas regulados pelo Estado. (VAN DER LAAN, 2011, p. 123)

Assaf Neto (2008) afirma que, com o incentivo por parte do governo para que os bancos processassem fusões e incorporações, diminuiu consideravelmente o número de sedes bancárias, promovendo um acentuado incremento na quantidade de agências. *“As principais justificativas geralmente apresentadas para essa política de concentração são a de reduzir, via economia de escala, o custo operacional e, conseqüentemente, o custo final do dinheiro, e elevar a eficiência administrativa e produtividade das instituições”*. (ASSAF NETO, 2008, p. 40). Isso, segundo o autor, habilita as empresas a atuarem em mercados de maior competitividade.

2.5.2 O RISCO DE MONOPÓLIO NO SISTEMA BANCÁRIO E A NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO DO SETOR

Van der Laan (2011) destaca que estruturas concentradas associam-se a distorções na alocação de recursos econômicos. Naturalmente, para fins de prática da gestão regulatória, há dificuldades empíricas em se determinar, com precisão, um nível ótimo de concentração compatível com a eficiência. Ou seja, em se dosar a reestruturação de um mercado e o limite de sua concentração.

Para Pizzoferrato (1999), as autoridades responsáveis pela regulamentação do setor bancário no Brasil se valeram de medidas que estimulassem o aumento da concentração com a justificativa, entre outras, de que estariam promovendo uma diminuição do risco no setor.

Mesmo considerando os resultados positivos alcançados pela utilização do Proer no gerenciamento da crise bancária brasileira, este instrumento não compreende e nem compreendeu uma política de concorrência do setor bancário. Sob esse ponto de vista, verificou-se que todo o processo de fusão ou absorção empreendido a partir da implementação do Proer, não procurou atender a manutenção e/ou fortalecimento do ambiente competitivo entre as instituições. Seus pressupostos e ações basearam-se na promoção do fortalecimento das instituições, frente a necessidade iminente de se conter os efeitos da crise bancária e os custos pelos quais a economia brasileira seria atingida. Basearam-se também na hipótese (suposição) das instituições bancárias valerem-se dos rendimentos crescentes de escala, hipótese essa sujeita a muitas controvérsias e questionamentos. (PIZZOFERRATO, 1999, p. 89)

O autor cita, então, que de acordo com características microeconômicas, a promoção de concentração, além de não ser a solução ideal, pode influenciar no agravamento do risco do setor bancário. Em relação aos riscos de crédito, por exemplo, Pizzoferrato (1999) destaca que as distorções causadas por um setor concentrado podem ser potencializadas, dada a impossibilidade de aferirem os verdadeiros preços e riscos das operações de crédito. Assim, um setor concentrado e constituído por grandes instituições estaria muito pouco sujeito às punições do mercado e os demais agentes estariam sujeitos a custos de observâncias mais onerosos, cujas consequências resumiriam-se na baixa transparência dos portfólios dos bancos e, portanto, no incremento de seus riscos.

Essa atuação condiz com a proposição de que instituições grandes não apresentam riscos, quando, no entanto, a questão do risco bancário é tratada, hoje em dia, nos países desenvolvidos, através de mecanismos que incentivam a competitividade bancária e propiciam a diversificação dos ativos dos bancos. (PIZZOFERRATO, 1999, p.91)

Pizzoferrato (1999) acentua que a preocupação com a manutenção da competição implica no impedimento da formação de um setor monopolizado e fundamenta-se nos modelos de concorrência perfeita que são mais eficientes do que os modelos de monopólio. Por outro lado, a necessidade de prevenção de externalidades se refere à importância e necessidade da existência da confiança do público na estabilidade da atividade bancária. Nesse sentido, o Banco Central do Brasil sempre se mostrou estar sensível às dificuldades do setor bancário brasileiro.

Franco e Camargos (2011) observam que o setor bancário ainda não chega a atuar em uma estrutura monopolística (caracterizada pela atuação singular de uma única empresa que produz determinado bem), mas analisam que a tendência do mercado financeiro nacional, para os próximos anos, caso as autoridades de defesa da concorrência não imponham limites, pode ser a de tornar o setor cada vez mais horizontal.

Um mercado que funciona com a presença de um monopólio é menos eficiente do que um mercado funcionando em concorrência perfeita.

Portanto, cabe às autoridades responsáveis atuarem na defesa dessa concorrência, verificando se novas fusões e aquisições são saudáveis ao mercado financeiro nacional. Se, por um lado as fusões e aquisições resultam em fortalecimento das empresas e do mercado nacional frente à concorrência estrangeira, por outro lado esses processos podem resultar em abusos no que se refere a aspectos concorrenciais. (FRANCO E CAMARGOS, 2011, p.15)

Para Kon (1994), a existência da alta concentração não envolve necessariamente ineficiência ou práticas oligopolistas, pois as firmas líderes, além da obtenção de economias de escala, podem ser motivadas à busca de inovação tecnológica e da modernização, encontrando condições favoráveis para isto em uma condição privilegiada de poder. Os níveis de competição em indústrias concentradas podem se alterar como resultado de mudanças nos níveis de concentração.

De acordo com Pizzoferrato (1999), a preocupação com a manutenção da competição implica o impedimento da formação de um setor monopolizado e fundamenta-se nos modelos de concorrência perfeita, que são mais eficientes do que os modelos de monopólio.

Van der Laan (2011) destaca que em determinados momentos as forças de mercado podem ser suplementadas pela ação do Estado, através de ações de defesa sobre a concorrência, com ganhos para a sociedade. De acordo com esse autor:

"Se considerarmos que uma das características naturais do sistema de produção capitalista encontra-se na tendência da concentração de ativos através de processos de fusões e aquisições, de forma a evitar a concorrência, torna-se relevante essa suplementação pelo Estado da defesa justamente do motor de uma economia de mercado – ou seja, da própria concorrência."(VAN DER LAAN, 2011, p. 62-63)

Segundo Van der Laan (2011), o poder de monopólio não poderia ser desconsiderado de constituir objeto de regulação, pois se parte da hipótese de que há condições de operação eficiente com instituições mais pulverizadas, de menor porte, as quais se defrontam e configuram um leque com uma maior quantidade de opções de serviços ao consumidor bancário.

Assim, deve-se considerar que o sentido da regulação econômica, hoje, não está apenas na necessidade de se lidar com falhas de mercado, mas também com falhas de governo, não apenas pela omissão, mas também pelo tipo de regulação existente. Esse fato reforça a ideia de que o Estado deixa de

ser um agente regulador para ser uma instituição que está, sobretudo, voltada para o bem público (VAN DER LAAN, 2011).

3 O PLANO REAL E A REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO

Neste capítulo serão apresentados um breve histórico do setor bancário brasileiro a partir da implantação do Plano Real. O capítulo abordará em suas subseções a nova conjuntura do sistema financeiro nacional e a consolidação do setor. Por fim, serão apresentadas as características da concentração bancária que permeiam o panorama atual.

3.1 O PLANO REAL E A CRISE BANCÁRIA

Segundo Corazza (2000), as crises bancárias se mostraram recorrentes ao longo da história dos bancos, desde suas origens até os dias atuais. Os bancos parecem sofrer de uma vulnerabilidade intrínseca associada aos riscos próprios de suas atividades e à especificidade de seu papel na economia.

Conforme Siqueira (2007), em fevereiro de 1994 foi lançado o Plano Real, o único plano de estabilização bem-sucedido pós – 1964. Os efeitos do Plano Real, que proporcionou estabilidade duradoura dos preços, e das muitas medidas introduzidas desde então relativas ao sistema financeiro, transformaram radicalmente o setor bancário brasileiro.

Pizzoferrato (1999) destaca que, paralelamente à implementação do Plano Real, observou-se o surgimento de uma crise bancária sem precedentes na economia brasileira.

De acordo com Corazza (2000), uma crise bancária geralmente se manifesta como um problema de liquidez, expresso na incapacidade de os bancos atenderem a retirada de depósito dos seus clientes, fato que pode se transformar, com frequência, em problema de solvência do sistema bancário. Corazza destaca que, de modo geral, as crises são provocadas pela conjugação de fatores macroeconômicos, como um ambiente de instabilidade ou um plano de estabilização, e microeconômicos, como a fragilidade intrínseca dos próprios bancos.

As elevadas transferências inflacionárias deram lugar a uma política mais desacelerada, o que reduziu a rentabilidade e obrigou as instituições financeiras atuantes no Brasil a ajustarem-se à nova economia. Esse cenário gerou, ainda, a vulnerabilidade microeconômica de inúmeros bancos e viu-se iminente no

Brasil uma quebra generalizada de grandes instituições bancárias. De acordo com Costa (2012), o Plano Real revelou as verdadeiras condições dos bancos brasileiros. A estabilização acabou com o lucro fácil, fruto do ganho indexado à inflação, retirando a “maquiagem” dos balanços de empresas, desnudando a situação concreta.

Salviano Junior (2004) explica que o Plano Real fez despencar rapidamente os níveis de inflação, notícia muito bem-vinda para toda a economia, mas não para o sistema financeiro. Isso porque a estabilidade dos preços impôs ao sistema a quase eliminação de *float*² financeiro, que representava mais de um terço de suas receitas totais.

Segundo Van der Laan (2011), na década de 1990 a abertura do setor bancário brasileiro ao capital estrangeiro, após o Plano Real, inicialmente ampliou a contestabilidade do mercado, anteriormente fechado, e colocou para os grandes bancos varejistas a necessidade de defesa de seu *market share* e de seu poder de mercado. *"Essa reação defensiva, ao evitar que a instituição nacional fosse objeto de aquisição por bancos estrangeiros, incitou uma corrida de fusões e aquisições no mercado nacional, o que efetivamente contribuiu para a constatação de uma maior concentração bancária ao final do processo"*. (VAN DER LAAN, 2011, p. 130)

Costa (2012) observa que nos anos de 1990, após a abertura do mercado interno à competição internacional e a queda súbita dos lucros inflacionários, um ciclo da história bancária tinha chegado ao fim. A fórmula do "supermercado financeiro" bem-sucedida anteriormente, teve de ser revista e o crescimento desmedido deixou de ser garantia do sucesso, podendo inclusive significar maior risco de fracassar. Assim, segundo o autor, foram necessários o "encolhimento" e a cautela no novo cenário de exposição à competição.

De acordo com Siqueira (2007), o fim dos ganhos com o *float* dificultou a situação dos bancos, principalmente dos menores, porém atingiu também alguns bancos de maior porte, que já demonstravam fragilidade.

Os esforços do Banco Central, elevando a liquidez do mercado monetário através de operações de mercado aberto e de intervenções do Banco do Brasil e da Caixa no mercado interbancário não estavam dando resultado. Verificou-se

² Recursos transitoriamente mantidos ou depositados em bancos, geralmente sem remuneração para o depositante/correntista.

um "empocamento da liquidez", ou seja, os bancos considerados mais frágeis continuavam sem ter acesso ao mercado de reservas bancárias, além de sofrerem fuga de depósitos. (SIQUEIRA, 2007)

Para Pizzoferrato (1999), é importante salientar que a crise bancária consistiu em uma crise de liquidez e não em uma crise de solvência das instituições bancárias, conforme segue:

A crise enfrentada pelo setor bancário a partir de 1994 consistiu numa sequência de erros na condução de políticas voltadas à área bancária, culminando em sérios problemas de iliquidez do setor. Para o entendimento pleno das razões dessa crise, torna-se necessário o entendimento de um paradoxo ocorrido nos anos iniciais de implementação do Plano Real. Tal paradoxo refere-se à formulação da questão de como o relaxamento na administração da moeda, ocorrido no período em análise, tornou-se compatível com uma crise de liquidez típica. (PIZZOFERRATO, 1999, p. 83)

Costa (2012) destaca que foram cinco os grandes movimentos que marcaram o processo de transformações do sistema bancário brasileiro nos anos 1990: a reestruturação patrimonial dos bancos públicos federais, a privatização dos bancos estaduais, a concentração bancária, a crise bancária e a maior penetração do capital estrangeiro no mercado de varejo.

3.2 A FRAGILIDADE DOS BANCOS ESTADUAIS

Salviano Junior (2004) observa que o sistema de instituições financeiras controladas pelos Estados foi constituído ao longo do século XX, seguindo uma tendência crescente de intervenção do governo na economia. Além disso, na conjuntura inflacionária do pós-guerra, havia um grande desestímulo à canalização da poupança para o sistema financeiro. *"A consequente e forte escassez de oferta de crédito de longo prazo por parte do sistema financeiro privado, derivada dessa inadequação da regulamentação do setor, provia um forte argumento para a criação dos bancos estaduais"*. (SALVIANO JUNIOR, 2004, p. 17). Nesse período, segundo Salviano Junior (2004), os bancos estaduais tenderiam a atuar privilegiando o financiamento local e, portanto, seriam propulsores do desenvolvimento dos respectivos estados.

Mas, se por um lado os bancos estaduais eram importantes impulsionadores da economia local, por outro lado problemas começaram a surgir, conforme destaca Salviano Junior:

Alguns dos problemas mais corriqueiros eram: a concessão de crédito acima dos limites cadastrais das empresas ou as empresas com restrições cadastrais ou ainda com garantias insuficientes; a alta concentração de riscos; a contínua liberação de recursos a empresas com nítidos sinais de incapacidade financeira de pagamento; e a concessão de novos créditos que serviam apenas para liquidar operações já vencidas. (SALVIANO JUNIOR, 2004, p. 36)

Segundo Salviano Junior (2004), outra ordem de problemas se revela na abertura desordenada de agências. Além disso, agências deficitárias são mantidas indefinidamente porque é de interesse do Estado desenvolver determinadas regiões ou atender interesses políticos locais.

O ponto fulcral é que os estados usavam seus bancos para fazer políticas públicas ou financiar seus déficits fiscais. *“Dessa forma, tornavam-nos mais vulneráveis a crises macroeconômicas, como a que foi desencadeada a partir de 1982.”* (SALVIANO JUNIOR, 2004, p.64)

Uma das deficiências que atingiam parte das instituições financeiras estaduais no início da década de 90, especialmente as caixas econômicas e os bancos menores, era o fato de não oferecerem uma linha completa de serviços financeiros (por exemplo, seguros, no caso das primeiras; e crédito imobiliário, no caso dos segundos), uma tendência do setor privado que se consolidou com a regulamentação, em 1988, dos bancos múltiplos. Esse fato, conjugado com altos custos de operação em suas redes, contribuía para comprometer sua competitividade. (SALVIANO JUNIOR, 2004, p.42)

De acordo com Costa, os programas de ajuste adotados desde 1983 não haviam eliminado a fonte dos problemas dos bancos estaduais. *“Com a queda da inflação, após julho de 1994, os bancos estaduais, envolvidos com a crise fiscal-financeira dos estados, tiveram dificuldade de compensar as perdas de float (e consequentes ganhos de tesouraria) com as receitas de operações de crédito, pois estas se concentravam em seus controladores”* (COSTA, 2012, p.178).

Nesse contexto, os bancos estaduais, apesar de terem uma percepção pública satisfatória, oneravam seus estados. Cavicchini (2007) destaca que a

situação mais crítica e complicada era dos bancos estaduais, pela situação financeira que se encontravam e pela pressão política. Segundo o autor, havia mais instituições financeiras estaduais que estados e a situação mais comum era que nos estados houvesse pelo menos um banco estadual, um banco de desenvolvimento ou fomento e uma Caixa Econômica Estadual. “*O sistema estava quebrado e a solução menos traumática seria a venda das instituições para os bancos capitalizados e com experiência gerencial para manterem o sistema com o mínimo de atrito e sem uma crise sistêmica*” (CAVICCHINI, 2007, p.242).

Segundo Salviano Junior (2004), a fragilidade financeira dos bancos estaduais, que se manifesta com força na década de 1990, coloca um dilema para o Banco Central, principalmente com relação aos maiores deles. Se ele injeta liquidez direta ou indiretamente nos bancos estaduais e se exime de intervir, garantindo-lhes uma sobrevivência, não só eleva o custo fiscal como também sanciona a correspondente emissão monetária. “*Essa situação coloca graves dificuldades à execução de uma política monetária restritiva, já que os agentes mais frágeis financeiramente são bancos estaduais, parte deles de grande porte.*” (SALVIANO JUNIOR, 2004, p.55)

Silva (2008) comenta o papel dos bancos estaduais nos anos 1990:

Os bancos estaduais eram considerados, pela visão dominante nos anos 90, instituições que ao mesmo tempo apresentavam alto grau de risco operacional e grande incerteza quanto ao futuro, na medida que se tornaram incompatíveis com a formação de um arranjo fiscal equilibrado, pois com eles os governos estaduais seriam capazes de ampliar seus gastos correntes e, posteriormente, repassar a conta ao governo federal, quando a crise financeira fosse exposta nos prejuízos desses bancos. Dito de outra forma, os bancos estaduais eram entrave para a realização do ajuste macroeconômico das contas públicas da economia brasileira. (SILVA, 2008, p.37)

A dificuldade de realizar o ajustamento fiscal impunha a necessidade de uma política monetária mais restritiva, a qual, no entanto, ao provocar o aumento da inadimplência, arriscava quebrar o elo mais frágil do sistema financeiro, que eram os próprios bancos estaduais. Esse imbróglio foi parcialmente responsável pelo crescimento exponencial da dívida pública, constituindo-se em uma das restrições importantes à estabilização macroeconômica. (SALVIANO JUNIOR, 2004, p. 65)

3.3 PROGRAMAS DE REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIA: PROES e PROER

Com o intuito de salvaguardar a estabilidade do sistema financeiro nacional e solidificar o setor bancário foram adotadas pelo governo brasileiro medidas de incentivo à fusões e aquisições no setor bancário, visando fortalecer as instituições e evitar a eclosão de uma possível crise sistêmica. Em 1995, o governo criou o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), que incentivava a incorporação de instituições financeiras insolventes por outras instituições, e era complementado por várias outras medidas no sentido de garantir a solidez do sistema financeiro, como a adesão aos princípios de Basileia.

De acordo com Pizzoferrato (1999), é sobre esse contexto de necessidade de gerenciamento da crise bancária que se deu a implantação do PROER. As autoridades entenderam ter um instrumento que lhes proporcionasse os benefícios de uma ação prévia ao promover a transferência de controle das instituições com problemas a outras mais eficientes.

Em seguida, em 1996, é criado o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES). Salviano Junior (2004) destaca que o principal instrumento do programa são linhas de financiamento do governo federal aos estados, que lhes permitem adotar as seguintes alternativas relativamente às suas instituições bancárias: extinção; privatização; aquisição do controle pelo governo federal, que deverá privatizar ou extinguir a instituição; e saneamento.

Gutiérrez (2006, p.41-42) aponta os possíveis caminhos dos bancos estaduais, dado o lançamento do PROES:

Esse programa tinha como principal e explícito objetivo a redução da quantidade de bancos públicos estaduais sob controle dos respectivos governos estaduais. Estes tinham dois caminhos para receber recursos federais para a reestruturação dos bancos estaduais: a) optar por ter acesso a 100% do financiamento de suas dívidas com os bancos estaduais, mediante a perda do controle acionário de suas instituições, que seriam privatizadas, extintas, liquidadas extrajudicialmente, federalizadas, ou ainda, transformadas em Agências de fomento; ou b) aportar 50% do total da dívida à vista, recebendo financiamento federal de 50% da dívida restante e, assim garantir o controle da instituição saneada.

O PROES buscou resolver os problemas de liquidez e a deterioração patrimonial observada nos bancos estaduais, visando salvaguardar a integridade global do sistema e os direitos dos depositantes. (SIQUEIRA, 2007)

Segundo Salviano Junior (2004) o principal objetivo do PROES era:

A proposta fundamental do Proes era, após tantos programas de ajustamento frustrados, reduzir ao mínimo a presença de instituições financeiras controladas por governos estaduais no sistema financeiro. Uma característica importante do programa é o fato de a adesão de estado ser voluntária, diferentemente da solução de liquidação. Por um lado, isso dá ao estado a possibilidade de participar ou não do programa, e escolher a modalidade de participação, e por outro, faz com que ele partilhe o ônus político dessa decisão. (SALVIANO JUNIOR 2004, p.81)

Segundo Costa (2012), o governo federal aproveitou-se desse quadro de fragilidade financeira dos bancos estaduais e do momento favorável da correlação de forças políticas para lançar o PROES, linha de financiamento a ser usada na renegociação das dívidas contratuais dos estados com os bancos estaduais e na preparação deles para privatização, extinção, ou transformação em agências de fomento, isto é, instituições não bancárias, meras repassadoras de recursos.

Kremer (2003) destaca que devem ser levadas em consideração as vantagens fiscais oferecidas pelo PROES, como fatores de motivação dos bancos privados na aquisição de bancos estatais estaduais. O autor salienta a possibilidade de obtenção de créditos tributários, do perdão do recolhimento compulsório e da não obrigatoriedade de manutenção de aplicações no setor imobiliário.

Segundo Kremer (2003), ambos os programas, PROES e PROER, tiveram importância decisiva na análise do processo de consolidação do varejo bancário brasileiro. Nesse processo, cento e quatro instituições financeiras brasileiras passaram por algum tipo de ajuste de julho de 1994 a dezembro de 1998. Além disso, o autor destaca também uma forte intervenção da autoridade monetária com o intuito de promover uma maior concentração do Sistema Financeiro Nacional.

As mudanças no marco mínimo, implementadas pela Resolução número 2099, em seu Anexo II, implicaram o desaparecimento de pequenos bancos, que, até então, operavam sem qualquer problema de liquidez. “A *extinção das*

atividades de tais instituições, deveu-se à sua incapacidade de adequarem-se aos novos limites mínimos de capital exigidos pela autoridade monetária. Além disso, tal medida implicou um aumento nas barreiras à entrada ao mercado bancário brasileiro." (KREMER,2003, p.103)

Nesse cenário, o número de bancos no Brasil sofreu uma retração, motivada pelos processos de fusões e aquisições e de privatizações de bancos estaduais. À época do lançamento do PROES existiam 36 instituições sob controle estadual. No entanto, de acordo com Gutiérrez (2006), após o PROES e as privatizações restaram apenas seis bancos estaduais sob comando de seus respectivos governos estaduais: Banrisul, BRB, Banpará, Nossa Caixa, Banestes, Banese, além de dois bancos estaduais federalizados (Besc³ e Bep⁴) em fase de preparação para privatização.

Gutiérrez (2006) observa que o resultado do PROES foi a acentuada redução do número de instituições públicas estaduais em atuação e a respectiva redução da participação relativa dos bancos estaduais no total do sistema financeiro nacional, sob qualquer critério de análise. Segundo o autor, o espaço dos bancos estaduais será, então, preenchido por bancos privados nacionais e pela entrada de instituições financeiras estrangeiras. Além destes, cabe destacar o papel de destaque dos bancos públicos Caixa Econômica Estadual e Banco do Brasil.

3.4 A CONSOLIDAÇÃO DO SETOR E A CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL

As alterações no cenário econômico brasileiro, após o processo de reestruturação bancária movido pelo governo, provocaram uma pungente alteração no Sistema Financeiro Nacional. O cenário estava montado para sanear a crise através de um processo de redução de instituições, com fusões e aquisições de diversos bancos nacionais, processo que já era uma realidade no mercado americano e no mercado europeu. O sistema financeiro brasileiro percebeu que poderia ganhar escala e participação nos mercados utilizando-se desses mecanismos. A concorrência acirrada e a busca pelo crescimento e

³ Banco do Estado de Santa Catarina

⁴ Banco do Estado do Piauí

maior poder de mercado fez com que as instituições financeiras se valessem desses processos, determinante na busca de lucros maiores, com o surgimento de novas ofertas de produtos e atuações em diferentes regiões.

Corazza (2000) destaca que o Plano Real provocou uma forte concentração bancária no Brasil, acompanhado de um processo que vem acontecendo em escala mundial.

Franco e Camargos (2011) descrevem que a diminuição do número de *players* reconfigurou o setor e levou as empresas "sobreviventes" a adotarem estratégias para aumentar o poder de mercado e dar retornos satisfatórios aos acionistas.

Uma forte característica do sistema capitalista é a tendência de concentração, através de processos de fusões e aquisições. No setor financeiro, isso pode ser facilmente comprovado pelo grande número de fusões e aquisições verificado no setor bancário brasileiro nos anos 90, mesmo que, em alguns casos, tenha ocorrido através de incentivo público – uma força exógena ao sistema -, como a venda dos bancos públicos estaduais incentivada pelo Banco Central. (VAN DER LAAN, 2011, p. 98)

Conforme analisa Costa (2012), o saneamento do sistema bancário trouxe em seu bojo forte concentração, pois a concessão de novas cartas-patentes era caso raro, o que obrigava fusões ou a encampações de bancos. O processo de concentração bancária era revelado pela queda do número de matrizes – de 1944 a 1964, passou de 663 para 328 - e pela elevação do número de agências – nesses anos, passou de 1.976 para 6.389. A média de agências por banco subiu, portanto, de 2,7 para 19,5.

Segundo Araújo, Brandão, Goldner e Oliveira (2007), de forma geral, o sistema financeiro mundial tende à maior concentração de mercados, por meio de empresas que estão à procura de atuação em áreas nas quais possuam maior capacitação tecnológica ou em que tenham pleno domínio dos métodos produtivos. Outra tendência é o investimento fora do mercado doméstico, expandindo a região de atuação das empresas.

De acordo com Kremer (2003), conforme o processo de consolidação na indústria bancária brasileira avança, maiores tendem a ser as barreiras à entrada de novos agentes. Isto se dá pelo fato do mercado se tornar mais concentrado e, também, pela existência de economias de escala.

Segundo o Relatório de Estabilidade Financeira do Banco Central⁵, divulgado em outubro de 2017, a concentração bancária no país demonstra um crescimento constante. De acordo com os dados da análise, os quatro maiores bancos múltiplos do país - Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Bradesco e Itaú Unibanco detêm 78,65% do mercado de crédito no Brasil. Um dado importante a salientar é que dentre estes principais quatro bancos em operação no país, dois deles são estatais.

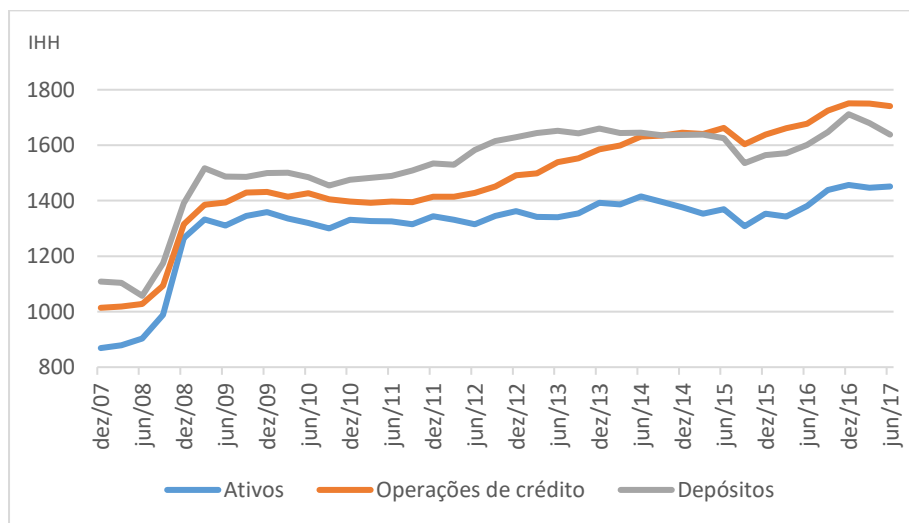
Os dados do relatório destacam, ainda, que as quatro maiores instituições também são responsáveis pela maior parte dos ativos bancários: 72,98%, em junho de 2017. Esses bancos também detêm 77,74% dos depósitos. Em junho de 2016, a concentração era um pouco menor – estava em 76,95%. Já há quase dez anos, no final de 2007, o percentual era ainda menor: 54,67%.

No gráfico 1, que foi elaborado com base nos dados disponíveis no Relatório de Estabilidade Financeira do Banco Central de outubro de 2017, verifica-se a evolução dos níveis de concentração bancária no país de dezembro de 2007 até julho de 2017, de acordo com o Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH)⁶.

⁵ Disponível em < <https://www.bcb.gov.br/?relestab201710> >

⁶ O IHH é obtido pelo somatório do quadrado da participação de cada instituição financeira (IF) no mercado considerado: $IHH = (IF1)^2 + (IF2)^2 + \dots + (IFn)^2$. Informações disponíveis em < <http://www.bcb.gov.br/htms/normativ/COMUNICADO22366.pdf> >

Gráfico 1: Evolução dos níveis de concentração – (IHH)



Fonte: Banco Central do Brasil. Data-base: 09/2017. Elaboração: autor.

O IHH é utilizado pelas autoridades nacionais e internacionais de defesa da concorrência como instrumento acessório na avaliação de níveis de concentração econômica. Conforme o Guia para Análise de Atos de Concentração, divulgado pelo Comunicado nº 22.366, de 27 de abril de 2012, o Banco Central do Brasil considera que mercados que registraram valores para o IHH situados entre 0 e 1.000 são considerados de baixa concentração; entre 1.000 e 1.800 de moderada concentração; e acima de 1.800 de elevada concentração⁷. De acordo com essas diretrizes, o quadro do mercado bancário brasileiro ainda é considerado de concentração moderada, pois está abaixo de 1800, ainda que no segmento operações de crédito os números se aproximem do limite (o IHH está em 1741).

A tabela 1, a seguir, apresenta os dados utilizados para a elaboração do gráfico 1:

⁷ Segundo o guia para fusões da Comissão Federal de Comercio dos Estados Unidos, órgão ligado ao Departamento de Justiça americano, os limiares do índice Herfindahl-Hirschman ("HHI") foram revisados para cima. As diretrizes revisadas indicam que as agências consideram os mercados "não concentrados" se, após a fusão, tiverem um HHI abaixo de 1.500 (anteriormente 1.000). Um mercado será considerado "altamente concentrado" em um HHI de 2.500 ou superior (anteriormente 1.800).

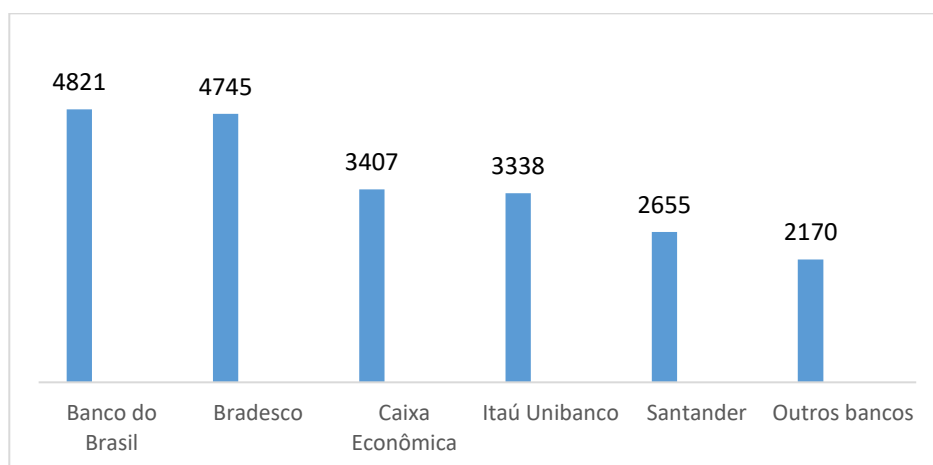
Tabela 1 – Participação dos quatro maiores bancos do país em ativos, operações de crédito e depósitos.

Trim.	Ativos	Operações de crédito	Depósitos
dez/07	868,86	1014,06	1108,15
mar/08	879,39	1018,92	1104,02
jun/08	903,49	1027,85	1057,17
set/08	988,54	1093,94	1174,70
dez/08	1265,23	1315,07	1390,78
mar/09	1332,37	1385,00	1516,65
jun/09	1310,16	1393,85	1486,82
set/09	1345,56	1429,76	1486,21
dez/09	1358,52	1432,21	1500,31
mar/10	1335,91	1414,29	1500,42
jun/10	1319,72	1427,40	1484,78
set/10	1299,97	1404,68	1455,21
dez/10	1331,54	1397,55	1475,88
mar/11	1326,38	1391,96	1483,05
jun/11	1324,99	1397,05	1488,92
set/11	1315,10	1394,49	1508,96
dez/11	1343,58	1414,11	1534,27
mar/12	1331,01	1414,94	1530,20
jun/12	1315,43	1428,29	1582,54
set/12	1345,11	1450,78	1615,57
dez/12	1363,05	1491,87	1629,46
mar/13	1341,81	1498,83	1643,52
jun/13	1341,06	1539,15	1651,78
set/13	1354,72	1552,52	1643,47
dez/13	1392,01	1585,43	1660,70
mar/14	1386,79	1599,12	1643,93
jun/14	1416,04	1630,87	1644,78
set/14	1395,70	1634,91	1636,19
dez/14	1376,48	1644,83	1637,51
mar/15	1352,87	1640,55	1638,60
jun/15	1369,13	1662,45	1625,20
set/15	1308,46	1603,47	1535,89
dez/15	1353,41	1638,08	1564,77
mar/16	1343,07	1661,65	1571,62
jun/16	1381,45	1677,46	1601,70
set/16	1438,84	1725,27	1647,12
dez/16	1456,81	1751,03	1711,84
mar/17	1446,36	1750,02	1680,39
jun/17	1451,75	1741,13	1638,47

Fonte: Banco Central do Brasil. Data-base: 2017.

Outro dado importante a ser analisado é o número de agências bancárias. Mesmo com o advento do *home banking*, a estrutura física dos bancos ainda é sinônimo de poder. Os cinco maiores bancos do país, segundo o Banco Central, são donos de mais de 19 mil das 21 mil agências do país, conforme pode-se verificar no gráfico 2:

Gráfico 2: Quantidade de agências bancárias



Fonte: Banco Central do Brasil. Data-base: 2017. Elaboração: autor

As informações abaixo estão disponíveis em reportagem especial sobre concentração bancária, publicada no site UOL Economia⁸.

Para a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), a concentração bancária no país segue tendência internacional. Em nota divulgada em setembro de 2017, a entidade aponta: “A *Federação Brasileira dos Bancos (Febraban)* afirma que o aumento da concentração no Brasil foi reflexo do endurecimento das regras do setor após a crise de 2008 e também do intenso processo de fusões e aquisições provocado pela crise, que atingiu principalmente os Estados Unidos e a Europa, com bancos saudáveis absorvendo instituições problemáticas, com apoio dos governos locais”.

A Febraban avalia que fusões e aquisições favorecem o crescimento dos bancos, a diversificação de produtos ou serviços, o aprimoramento das funções administrativas, melhora da tecnologia, e ganhos de escala. A consolidação de

⁸ Disponível em < <https://www.uol/economia/especiais/concentracao-de-bancos.htm#para-fmi-concentracao-no-brasil-e-maior-que-no-mundo>>

mercado também representa proteção contra aquisição por outra instituição. A entidade também cita o estudo “*Global Financial Stability Report*” (Relatório de Estabilidade Financeira Global) feito pelo FMI em 2014. Embora o setor tenha sofrido intensa consolidação no Brasil nos últimos anos, o nível de concentração dos três maiores bancos do país ainda é inferior ao de países desenvolvidos, como Reino, Unido, Japão, França e Espanha.

A Febraban (Federação Brasileira dos Bancos) argumenta que o nível de concentração do Brasil é normal e está abaixo do padrão de países como Austrália e Canadá. Nos dois países citados pela instituição, os cinco maiores bancos têm, respectivamente, 93% e 83%.

4 A PARTICIPAÇÃO DO BANRISUL NO CENÁRIO DE CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA

Neste capítulo será apresentado o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul). O capítulo abordará o histórico do Banrisul. Paralelamente, versará sobre a situação do banco no período da crise instaurada no país após a implementação do Plano Real, e a sua recuperação financeira por meio do PROES. E, finalmente, será analisada a posição do Banrisul frente ao cenário de concentração do sistema bancário nacional.

4.1 BANRISUL: DE BANCO RURAL A BANCO MÚLTIPLO

Este tópico de contextualização histórica do Banrisul foi baseado nas informações disponíveis no link “História”, disponibilizado no site do banco da internet.⁹

O Banrisul foi criado no dia 12 de setembro de 1928, como banco de crédito rural e hipotecário, com um capital inicial de 50 mil contos de réis. A composição acionária tinha como controlador o governo estadual, além de acionistas produtores rurais gaúchos e bancos como o Pelotense, o Francês e Italiano. Desde o início de suas atividades é um banco público, de desenvolvimento comercial e social.

Em 1931, após incorporar o Banco Pelotense, o Banco passou à condição de arrecadador de tributos do Estado do Rio Grande do Sul.

A década de 1940 marca a consolidação do Banco. Em 27 de novembro de 1941, foi inaugurada a primeira sede, que ainda teve outros três locais até chegar ao atual edifício sede, na Rua Capitão Montanha, em Porto Alegre, inaugurado em 4 de julho de 1964. A década de 1970 marca o início de uma era de modernização, com investimentos massivos na informatização, uma gestão estrategicamente voltada à valorização de seu público interno e na promoção do desenvolvimento do Estado com responsabilidades social e ambiental e de forma sustentável.

⁹ Disponível em <www.banrisul.com.br>

Em 1990, a década foi marcada pela reestruturação do sistema financeiro caracterizada pelos programas de recuperação. Em 1992, o Banrisul incorporou o Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (Badesul), criando a sua carteira de Desenvolvimento e Investimento, tornando-se banco múltiplo, também com carteiras comercial e imobiliária. Segundo Assaf Neto (2008, p.47) “bancos comerciais/múltiplos são instituições financeiras que atendem, de maneira bastante ampla, à demanda por crédito de tomadores de recursos e também às expectativas de aplicações de agentes poupadores”.

De acordo com o Banco Central do Brasil, na Resolução CMN 2.099, de 1994:

Os bancos múltiplos são instituições financeiras privadas ou públicas que realizam as operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras, por intermédio das seguintes carteiras: comercial, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento. Essas operações estão sujeitas às mesmas normas legais e regulamentares aplicáveis às instituições singulares correspondentes às suas carteiras. A carteira de desenvolvimento somente poderá ser operada por banco público. O banco múltiplo deve ser constituído com, no mínimo, duas carteiras, sendo uma delas, obrigatoriamente, comercial ou de investimento, e ser organizado sob a forma de sociedade anônima. As instituições com carteira comercial podem captar depósitos à vista. Na sua denominação social deve constar a expressão "Banco". (Banco Central do Brasil, 1994)

Lageman (2008) destaca que o Banrisul, como banco múltiplo, tem um campo de atuação bastante amplo tanto no setor público quanto privado. “Ao Banrisul cabe a tarefa de dar liquidez ao sistema de produção e distribuição regional, sem deixar de participar no fomento, pois a sua capilaridade, devido ao grande número de agências presentes em todo o Estado, também pode servir às instituições de fomento.” (LAGEMANN, 2008, p. 100).

A instituição oferece uma variada gama de produtos e serviços financeiros, como operações de crédito pessoal, crédito imobiliário, financiamentos de longo prazo com recursos próprios e com recursos obtidos de instituições governamentais, linhas de crédito para agricultura e pecuária, linhas de crédito empresarial, investimentos (poupança, depósito à vista, depósito a prazo e administração de recursos de terceiros), seguros, previdência complementar, capitalização, consórcios, cartões de crédito e rede de aquisição.

Segundo Lagemann (2008):

Sabendo-se da tendência à concentração de depósitos e às aplicações em regiões centrais da economia brasileira, que caracteriza ação dos bancos privados nacionais e estrangeiros no atual contexto de integração do sistema financeiro nacional, aumenta a responsabilidade do Banrisul em se contrapor a esse processo desfavorável à economia sul-rio-grandense. Sua capacidade de auferir depósitos e direcionar as aplicações poderá ser utilizada para favorecer o crescimento da economia local, seguindo orientação estratégica de seu controlador sem descuidar da lucratividade das operações. (LAGEMANN, 2008, p. 100)

O Banrisul é o banco oficial e principal agente financeiro do Estado do Rio Grande do Sul, seu acionista controlador. Sobre a participação do Banrisul na economia das comunidades onde atua, Silva (2008) analisa:

O Banrisul é um banco regional que compete diretamente com bancos privados nacionais e estrangeiros além de outros bancos estaduais e bancos comerciais oficiais federais. Em diretrizes gerais opera como banco comercial, banco de desenvolvimento e banco social. Atua por meio de atividades que incluem parceria com o Governo Estadual, programas de fomento à economia gaúcha e auxílio às necessidades de recuperação dos setores econômicos nas fases de crise ou de crescimento, como o episódio vivenciado em 2005, onde auxiliou os agricultores do Estado do Rio Grande do Sul a se recuperarem após a seca que ocorreu na quebra da safra 2004/2005 que desorganizou a estrutura financeira e empresarial do setor produtivo e por reflexos os segmentos de comércio e finanças. (SILVA, 2008, p.27)

Por força de lei, o banco realiza o recolhimento de tributos estaduais e o repasse de parte destes recursos aos municípios gaúchos e, nos termos de convênios celebrados (inclusive com o Estado do Rio Grande do Sul), efetua pagamentos a fornecedores de bens e serviços e funcionários públicos ativos e inativos. Além do próprio Estado, o Banrisul presta serviços à totalidade dos órgãos da administração pública estadual e à maioria dos municípios gaúchos.

4.2 O GRUPO BANRISUL

Este tópico sobre o Grupo Banrisul foi baseado nas informações disponíveis no link “Grupo Banrisul”, disponibilizado no site Relações com Investidores do banco¹⁰.

¹⁰ Disponível em < http://ri.banrisul.com.br/interna_print.asp?conta=28&idioma=0&tipo=8229>

Além do banco, o Banrisul detém quatro companhias operacionais, que proporcionam sinergias a seus principais negócios e formam o Grupo Banrisul. São elas: Banrisul S.A. Administradora de Consórcio, Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Banrisul Armazéns Gerais S.A. (BAGERGS) e Banrisul Cartões S.A.

A Banrisul S.A. Administradora de Consórcios tem como objetivo administrar grupos de consórcios de imóveis, automóveis, motocicletas, oportunizando a clientes a aquisição de bens, reformas ou construções.

A Banrisul Corretora de Valores atua no mercado de capitais na intermediação de títulos de valores mobiliários negociados nas bolsas de valores. Fornece, também, suporte técnico aos investidores, auxiliando-os na identificação das melhores oportunidades do mercado de capitais.

A BAGERGS está localizada em Canoas como permissionária da Receita Federal para administrar o Porto Seco da região metropolitana, atuando nos regimes de importação e exportação - nas modalidades de Entrepósito Aduaneiro, Depósito Alfandegado Público (DAP) e Depósito Alfandegado Certificado (DAC) - e de armazém geral.

A Banrisul Cartões S.A. atua em soluções de pagamentos eletrônico, nos segmentos de Adquirência e Vouchers. A rede de adquirência Vero é responsável pelo credenciamento de estabelecimentos comerciais, captura e processamento de transações das principais bandeiras de cartões de crédito e débito (Visa, MasterCard e VerdeCard) e possui a exclusividade do cartão Banricompras. O cartão Banricard centraliza as operações dos cartões de benefícios e cartões empresariais.

Além dessas empresas, o Banrisul adquiriu, em dezembro de 2011, 49,9% do controle da financeira Bem-Vindo (atualmente renomeada para Bem Promotora). A Bem é uma empresa especializada em créditos consignados para servidores públicos de todo o país e opera integralmente desde 13 de março de 2012. Considerada estratégica para a expansão da presença do Banrisul, a originação de créditos da Bem-Vindo é inteiramente financiada pelo Banrisul.

Em agosto de 2015, foi formalizada a constituição da holding Banrisul Icatu Participações S.A., na qual o Banrisul detém 49,9% do capital, parceria que representa uma evolução no modelo de negócios praticado pelo Banco. Do grupo econômico, faz parte a seguradora Rio Grande Seguros e Previdência

S.A., empresa que deterá exclusividade na comercialização de produtos de seguros de pessoas e previdência privada nos canais de distribuição do Banco.

4.3 A CRISE E A RECUPERAÇÃO PELO PROES

Segundo o histórico do Banrisul, disponibilizado no site da instituição, em 1987 “há uma relação de dependência entre as finanças do Estado e as do Banco. Os recursos destinados ao setor público representam cerca de 70,0% do total das aplicações normais”.¹¹

Na década de 1990, o estado do Rio Grande do Sul enfrentava uma crise econômica, segundo Müller, insustentável. “A gravidade da situação e o impacto das medidas fiscais econômicas e administrativas adotadas evidenciaram que, a despeito da prolongada recessão dos anos 80 e da rápida abertura da economia brasileira, a crise era, em grande medida, uma crise do setor público.” (MÜLLER, 1998, p. 278).

Segundo Gutiérrez (2006), a crise das finanças estaduais a partir da década 1980 cobrou seu preço em termos de saúde financeira do Banrisul, que teve de recorrer ao PROES para reestruturar-se.

No processo de recuperação patrimonial e financeira, o banco recebeu uma injeção de R\$ 1,4 bilhões (valores históricos de 1998) destinado a sua capitalização. Desse montante, o governo federal desembolsou R\$ 704,5 milhões através do Proes – para serem pagos em 30 anos a juros de 6% a.a., com prestações e saldo calculado pela tabela Price – enquanto o governo estadual aportou como contrapartida R\$ 695,4 milhões. Deste total assumido pelo governo estadual, R\$ 11 milhões foram integralizados por recursos próprios; o restante correspondeu à assunção das dívidas do Banrisul. Foram assumidas pelo Estado as dívidas junto à Fundação Banrisul, que totalizavam R\$ 521,3 milhões – a serem pagos em 30 anos com juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI – e as dívidas do banco junto ao BNDES e Finame, no montante de R\$ 163 milhões – ao custo de TJLP mais 8% ao ano, no prazo de 5 anos. (GUTIÉRREZ, 2006, p. 62-63)

Segundo a diretriz do PROES, a condição para que o governo federal se envolvesse na recuperação financeira do Banrisul seria a implementação de uma reforma administrativa e operacional, introduzindo um novo modelo de gestão no banco. Essa reestruturação envolveu a reorganização da instituição; ao mesmo

¹¹ Disponível em <www.banrisul.com.br>

tempo foi introduzido um novo modelo de gestão, a partir do Programa de Mobilização para a Gestão Estratégica (PMGE). Também foi redimensionada a rede de agências, em razão da incorporação das agências da extinta Caixa Econômica Estadual e a adoção do Plano de Demissões Voluntárias (PDV), que no período entre 1995 e 1999 reduziu em 1.484 o número total de funcionários. (GUTIÉRREZ, 2006)

Silva (2008) destaca que o PROES foi determinante para incrementar as atividades do Banrisul:

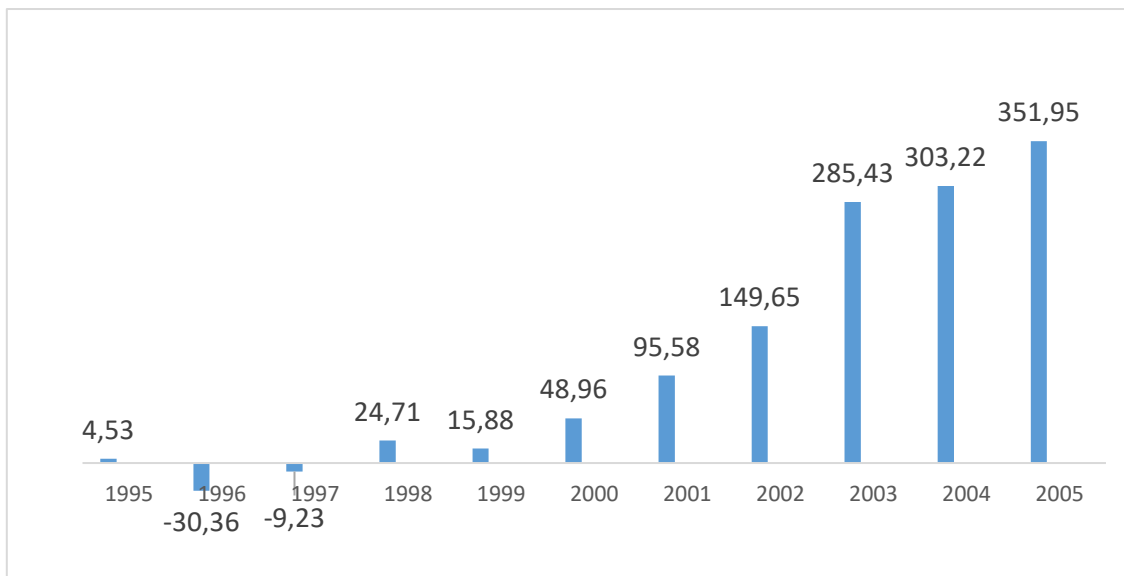
Após a contratação do PROES, o que se observou foi a qualificação profissional, a busca da hegemonia da nova estratégia estabelecida dentro da empresa, a adoção de planos de desligamento voluntário, mudanças no ritmo de trabalho e de atitudes profissionais, buscando promover a adaptação às novas condições criadas pelas transformações assumidas nos termos de compromisso com o Banco Central e Ministério da Fazenda. (SILVA, 2008, p. 26)

Ainda segundo Silva (2008), o histórico de rentabilidade do Banrisul após o PROES, o coloca entre os três bancos mais rentáveis dentre os 20 maiores bancos brasileiros, segundo o critério de total de ativos, considerando o retorno sobre patrimônio líquido, em cada um dos anos de 2004, 2005, 2006 e 2007, segundo dados disponíveis nos relatórios do Banco Central do Brasil. Conforme esse autor:

A partir da remodelagem estrutural implementada entre 1997 até 2007, o banco impôs às fragilidades de ordem patrimonial, financeira e profissional, uma intensa remodelagem de foco institucional, transformando-se, no período de uma década, em uma das mais competitivas e atualizadas instituições bancárias do Brasil, com inserção nos padrões de excelência de governança corporativa e credibilidade junto aos mercados de finanças, culminando com o bem sucedido IPO- Initial Public Offer realizado em 2007, destinado ao aumento de capital e ampliação da capacidade operacional do banco. (SILVA, 2008, p.7)

No gráfico 3, pode-se verificar o lucro líquido do Banrisul nos anos que sucederam à crise e à contratação do PROES. Nos primeiros anos, a instituição apresenta instabilidade econômica, chegando a ter prejuízo nos anos de 1996 e 1997. Já a partir de 1998, o Banrisul passa a apresentar lucros sistematicamente, mostrando que a recuperação financeira da instituição se consolidou após a contratação do PROES.

Gráfico 3: Evolução do lucro líquido (em milhões de R\$) – 1995 a 2005

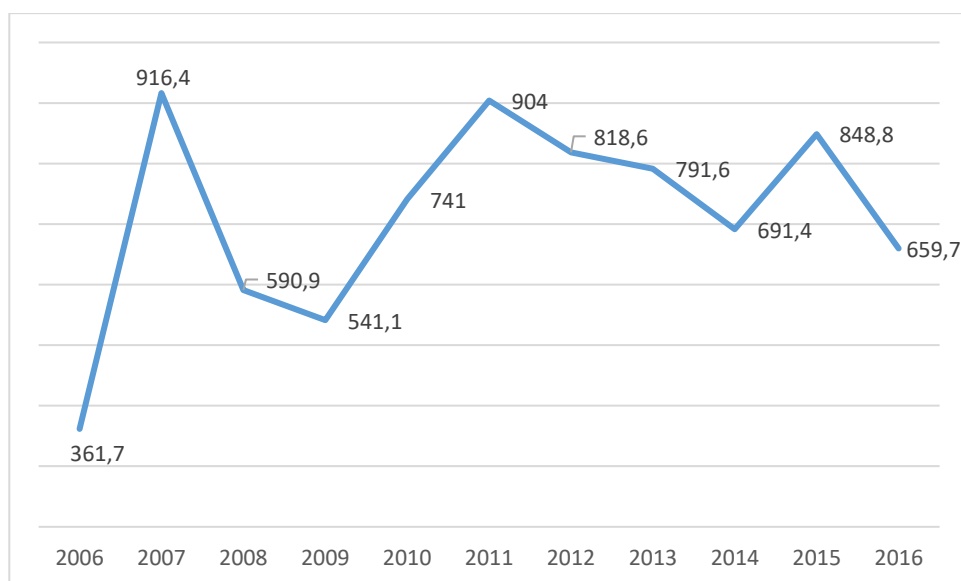


Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: autor.

De acordo com Gutiérrez (2006), os indicadores atuais do Bannrisul demonstram que, após o processo de reestruturação ocorrido com a renegociação da dívida estadual e a recuperação patrimonial da instituição, via PROES, o banco teve uma forte recuperação patrimonial-financeira, o que refletiu tanto no fortalecimento de sua base de capital, quanto na sua expansão operacional.

Já no gráfico 4, são apresentados os lucros do banco nos últimos 10 anos.

Gráfico 4: Evolução do lucro líquido (em milhões de R\$) – 2006 a 2016



Fonte: Bannrisul. Elaboração: autor.

Destaca-se o ano de 2007, no qual a instituição alcançou um lucro líquido de R\$ 916,4 milhões, um crescimento de 153,4% em relação ao ano anterior. Esse dado deve-se, principalmente, ao processo de capitalização que o Banrisul sofreu em razão da oferta de ações preferenciais na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Em 2008 uma queda brusca no gráfico. Porém, segundo o *press release* do Balanço Financeiro de 2008¹²: “no ano de 2008, o Lucro Líquido somou R\$ 590,9 milhões, enquanto em 2007 totalizou R\$ 916,4 milhões. Nos períodos de 2007 e de 2008, houve contabilizações de Créditos Tributários no valor de R\$ 528,5 milhões e de R\$ 86,2 milhões respectivamente. Ajustando-se o Lucro Líquido aos eventos não recorrentes, para esses períodos, o Banrisul obteve Resultado Líquido Consolidado de R\$ 504,7 milhões em 2008, 30,1% acima dos R\$ 387,9 milhões acumulados no ano anterior”. Ou seja, excluindo-se essas contabilizações extras, a trajetória de 2006 a 2011 é de constante crescimento.

Outro destaque é a substancial queda no lucro no ano de 2014. O resultado acumulado neste ano foi impactado por eventos extraordinários contabilizados no exercício¹³: (i) receita decorrente da estratégia de distribuição de seguros e previdência; (ii) despesas de reestruturação dos planos de benefícios pós-emprego da Fundação Banrisul de Seguridade Social; (iii) despesas referentes ao lançamento de Plano de Aposentadoria Incentivada - PAI, implementado para favorecer o desligamento de empregados aptos à aposentadoria oficial e complementar; e (iv) efeitos fiscais sobre eventos não recorrentes.

Em 2016, outra queda é verificada no gráfico 4. Uma das justificativas que pode-se concluir para a inclinação negativa está no *press release* do Balanço Financeiro do período¹⁴: a compra dos serviços da folha de pagamento dos servidores da administração direta do Estado do Rio Grande do Sul, negociação concluída em junho de 2016.

¹² Disponível em < http://ri.banrisul.com.br/banrisul/web/arquivos/Banrisul_PR_4T08_port.pdf>

¹³ Informações disponíveis em < [http://www.rs.gov.br/conteudo/211216/banrisul-lucra-r-691-milhoes-e-mantem-avaliacao-positiva-das-agencias-de-risco/termosbusca=*>](http://www.rs.gov.br/conteudo/211216/banrisul-lucra-r-691-milhoes-e-mantem-avaliacao-positiva-das-agencias-de-risco/termosbusca=*)

¹⁴ Disponível em <http://ri.banrisul.com.br/banrisul/web/conteudo_pt.asp?tipo=8252&id=0&idioma=0&conta=28&submenu=0&img=0&ano=2016>

4.4 PANORAMA ATUAL

Até o mês de setembro de 2017, o Banrisul alcançou lucro líquido de R\$ 536,7 milhões. O resultado recorrente, que exclui as despesas do Plano de Aposentadoria Voluntária e os efeitos fiscais, totalizou R\$ 587,9 milhões, 18,9% acima do apurado no mesmo período de 2016. A rentabilidade anualizada sobre o patrimônio líquido (ROE¹⁵) foi de 12,1%.

Em setembro de 2017, a rede de atendimento do Banrisul possuía 1.206 pontos, distribuídos em 530 agências (das quais 491 no Rio Grande do Sul, 24 em Santa Catarina, 13 nos demais estados brasileiros), 196 postos de atendimento, 480 pontos de atendimento eletrônico e pontos de representação internacional em Miami e Grand Cayman, conforme a tabela 2:

Tabela 2: Pontos de atendimento

Tipo	Quantidade
Agências	530
Rio Grande do Sul	491
Porto Alegre	68
Interior	423
Santa Catarina	24
Demais Estados	13
Exterior	2
Postos de atendimento	196
Rio Grande do Sul	196
Capital	38
Interior	158
Fora do Estado	0
Total pontos de venda	726
Pontos de Atendimento Eletrônico	480

Fonte: Banrisul. Data-base: 31.09.2017. Elaboração: autor.

¹⁵ O ROE calcula o lucro sobre o patrimônio do banco, uma medida de eficiência operacional da instituição.

Na tabela 3, é possível verificar a grande abrangência de atendimento e participação do Banrisul no Estado do Rio Grande do Sul. Pela tabela observa-se que o banco abrange 98,5% da população do Estado:

Tabela 3: Abrangência de atendimento no RS

Tipo	Quantidade
Total de municípios no RS	497
Municípios com agências	347
Municípios com postos de atendimento	83
Municípios com atendimento Banrisul	430
Abrangência de atendimento (agência ou posto)	86,52%
Abrangência participação na população do RS	98,57%
Abrangência participação no PIB do RS	98,74%

Fonte: Banrisul. Data-base: 31.09.2017. Elaboração: autor.

Silva (2008), comenta a competitividade da instituição no Rio Grande do Sul:

A rede de atendimento do Banco, inclusive por meio do Banricompras, garante ao Banrisul acesso a uma ampla e diversificada base de clientes entre pessoas físicas e jurídicas (especialmente microempresas e empresas de pequeno e médio porte), e fortalece sua capacidade de originar novos negócios vinculados à tradição regional. Esse acesso põe o Banco em posição vantajosa em relação a seus concorrentes para aproveitar o crescimento da economia brasileira e, em especial, a expansão da demanda por crédito no Estado do Rio Grande do Sul. (SILVA, 2008, p. 55)

Em junho de 2017, segundo o site de Relações com Investidores do Banrisul, a instituição contava, com 10.503 colaboradores.

Em agosto de 2017, o Banrisul foi reconhecido como uma das 100 maiores empresas de capital aberto por valor de mercado do Brasil, conforme levantamento feito pela consultoria Econômica e publicado pela revista Exame na edição especial Melhores e Maiores de 2017. No setor financeiro brasileiro, o Banrisul é destaque entre os 10 bancos que apresentaram os maiores lucros líquidos em 2016 e entre os 50 maiores bancos por patrimônio. De acordo com

a publicação, o Banrisul também é um dos 100 maiores bancos por patrimônio da América Latina. Entre os indicadores setoriais do mercado financeiro nacional, o Banco está nas primeiras colocações em depósitos à vista e em poupança; empréstimos e financiamentos; crédito consignado, imobiliário e pessoal; número de agências e de correntistas. No anuário, a empresa Banrisul Cartões, do Grupo Banrisul, destaca-se entre as 1.000 maiores companhias do país em vendas líquidas. A Banrisul Cartões cresceu 21% e faturou 177 milhões de dólares no ano passado.¹⁶

Em setembro de 2017, o anuário Valor 1000, publicado pelo jornal Valor Econômico, destacou o Banrisul entre os 10 maiores bancos do País no ranking Finanças. A instituição foi classificada, ainda, entre os maiores bancos em operações de crédito, depósitos totais, patrimônio líquido, lucro líquido, entre outros indicadores. A seguradora do Banrisul, Rio Grande Seguros e Previdência, também foi destaque no anuário, onde aparece entre as maiores empresas de seguro no ramo de previdência e vida. A Rio Grande recebeu distinção nos indicadores lucro líquido, lucro operacional e prêmios ganhos, entre outros.¹⁷

4.4.1 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em maio de 2007, o Banrisul protocolou junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) o pedido de registro de oferta pública de ações. Encaminhou ainda, a adesão à listagem das ações do Banco no Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).

A tabela 4 indica a quantidade de ações ordinárias (ON) e preferenciais (PN - Classes A e B) detidas pelos acionistas do Banrisul tendo como data-base outubro de 2017.

¹⁶ Informação disponível em < <https://exame.abril.com.br/noticias-sobre/melhores-e-maiores/>>

¹⁷ Informação disponível em < <http://www.valor.com.br/valor1000/2017>>

Tabela 4: Composição acionária

Acionista	% ON	% PNA	% PNB	% Total
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	99,58%	77,44%	13,02%	56,97%
Fundação Banrisul de Seguridade Social	0,22%	4,52%	-	0,15%
Instituto de Previdência do Estado do RS	0,02%	4,80%	-	0,05%
Outros	0,18%	13,21%	86,98%	42,83%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Site Banrisul R.I. Data-base: out. 2017. Elaboração: autor.

As antigas ações PN do Banco foram convertidas automaticamente em PNA a partir da criação das novas duas classes de ações (PNA e PNB) visando à oferta pública de ações, ocorrida em 31/07/2007, na qual foram negociadas somente as ações PNB. Por característica própria, a ação PNA pode ser convertida a qualquer momento em ação ON ou em ação PNB, porém somente por iniciativa do seu titular. (Informações disponíveis no site de Relações com Investidores do Banrisul¹⁸)

4.5 BANRISUL X OUTROS BANCOS: ANÁLISE DA COMPETITIVIDADE

A partir de agora, será realizada uma análise comparativa da competitividade do Banrisul com os outros bancos de destaque no Brasil. Através do comparativo, poderá ser identificada a situação em que Banrisul se encontra relativamente aos bancos selecionados, buscando identificar suas potencialidades e deficiências.

Essa análise será feita através de comparações entre o Banrisul e outros cinco bancos selecionados por sua posição de importância no cenário econômico financeiro nacional. Ressalta-se que todos esses bancos, à exceção do Banrisul, estão entre os dez maiores bancos do país por ordem de Ativos

¹⁸ http://ri.banrisul.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=8231

divulgado pelo Banco Central em setembro de 2017¹⁹. Tratam-se de bancos líderes no mercado bancário, são eles: Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Caixa Econômica Federal, Bradesco e Santander. Na Tabela 5, verifica-se os ativos totais de cada banco e a sua posição no *ranking*.

Tabela 5: Ativos totais

Banco	Ativos totais
Banco do Brasil (1º)	R\$ 1,397 trilhão
Itaú Unibanco (2º)	R\$ 1,363 trilhão
Caixa Econômica Federal (3º)	R\$ 1,270 trilhão
Bradesco (4º)	R\$ 1.087 bilhões
Santander (5º)	R\$ 678 bilhões
Banrisul (11º)	R\$ 70,8 bilhões

Fonte: Banco Central. Data-base: 09/2017. Elaboração: autor

É importante ressaltar que o critério do Banco Central para apurar os ativos difere dos apresentados nos balanços das instituições financeiras, pois considera apenas as atividades efetivamente bancárias, deixando de fora negócios como seguros, por exemplo. Além disso, para efeito de comparação, foi excluído o quarto colocado, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por não se tratar de um banco múltiplo. O Banrisul ocupa a 11º posição no ranking total dos bancos e 10º colocação quando se trata apenas de bancos múltiplos.

Auxiliando no processo de dimensionar o Banrisul frente aos outros bancos analisados, é apresentado na Tabela 6 o número de agências de cada banco.

¹⁹ Disponível em < <https://www3.bcb.gov.br/ifdata/>>

Tabela 6: Número de agências

Banco	Número de agências
Banco do Brasil	4821
Bradesco	4745
Caixa Econômica	3407
Itaú Unibanco	3338
Santander	2655
Banrisul	530

Fonte: Banco Central do Brasil. Data-base: 2017. Elaboração: autor

No que diz respeito à quantidade de clientes, o Banrisul também aparece na última posição da tabela. Porém, nessa análise, o Bradesco, que aparece em 4º lugar na tabela de número de ativos, agora assume a primeira posição, seguido pela Caixa Econômica Federal. O Banco do Brasil, primeiro colocado no ranking dos bancos da tabela 6, assume a quarta posição em número de clientes.

Tabela 7: Quantidade de clientes

Banco	Quantidade de clientes
Bradesco	94.473.132
Caixa Econômica	86.673.233
Itaú Unibanco	73.588.791
Banco do Brasil	59.756.725
Santander	38.864,588
Banrisul	4.506.706

Fonte: Banco Central. Data-base: 3º tri/2017. Elaboração: autor.

4.5.1 TARIFAS E TAXAS

Neste ponto, procura-se, com o mesmo conjunto de bancos, estabelecer um comparativo entre tarifas praticadas em diversas operações dessas instituições. A partir desses dados busca-se estabelecer em *ranking* para averiguar em que situação o Banrisul se encontra em relação aos principais bancos do país. Por final, se passa à análise das tarifas através da tabela 8.

Tabela 8: Comparação de tarifas (R\$)

Tarifa	Banrisul	Banco Brasil	Caixa Econômica	Itaú Unibanco	Bradesco	Santander	Média
Cadastro	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00	28,50	29,75
2ª via cartão comum	8,80	8,50	8,50	6,95	7,90	7,90	8,09
Pacote de serviços	11,50	12,15	12,10	12,45	12,20	12,20	12,10
Adiantamento depositante	52,00	57,85	57,90	57,95	57,90	51,80	55,90
TED eletrônico	8,75	9,40	9,50	9,75	9,50	9,40	9,38
DOC pessoal	16,50	18,70	17,50	17,90	17,50	17,40	17,58
Exclusão cad. cheques s/ fundo	49,00	52,80	52,00	52,05	52,85	51,80	51,75
Saque pessoal	2,30	2,45	2,50	2,50	2,40	2,65	2,50
Média das tarifas	22,35	23,98	23,75	23,69	23,78	22,70	

Fonte: Banco Central. Data-base: 2017. Elaboração: autor.

Foram analisados oito tipos de tarifas, das quais se calculou a média para cada tipo de tarifa, em que se verificou que o Banrisul cobra tarifas médias mais baixas que a concorrência em cinco modalidades de tarifas pesquisadas. Através do cálculo da média simples, buscou-se ter uma ideia aproximada de ordenação da amostra na cobrança das tarifas, mesmo sabendo de suas limitações pela impossibilidade da ponderação. Assim, constatou-se que o Banrisul possui a média mais baixa, com 22,35.

No tocante às taxas de juros, a análise realizada se encontra apresentada na tabela 9. Para efeito da comparação entre taxas praticadas entre os bancos foram utilizadas as taxas para as modalidades de empréstimos a pessoas físicas e jurídicas, conforme exhibe a tabela 9:

Tabela 9: Comparação de taxas (% ao mês)

Taxas	Banrisul	Banco Brasil	Caixa Econômica	Itaú Unibanco	Bradesco	Santander	Média
Pessoa física							
Cheque especial	12,15	12,46	12,43	12,60	12,51	14,81	12,83
Crédito pessoal	6,03	4,32	4,88	5,20	6,48	4,80	5,3
Pessoa Jurídica							
Desconto de duplicata	2,23	2,10	3,40	1,83	2,22	1,72	2,25
Capital de giro	2,45	1,09	3,21	1,91	2,35	2,27	2,21
Média das taxas	5,71	4,99	5,98	5,38	5,89	5,90	

Fonte: Banco Central. Data-base: 2017. Elaboração: autor.

Conforme se pode notar pela tabela 9, as taxas por modalidade do Banrisul estão na média das taxas médias por modalidade nos quatro quesitos levantados para empréstimos de pessoa físicas ou jurídicas. Na análise vertical, o Banrisul ocupa o terceiro lugar entre as menores taxas praticadas pelos bancos. Na modalidade cheque especial pessoa física, o Banrisul possui a menor taxa dentre todos os bancos analisados.

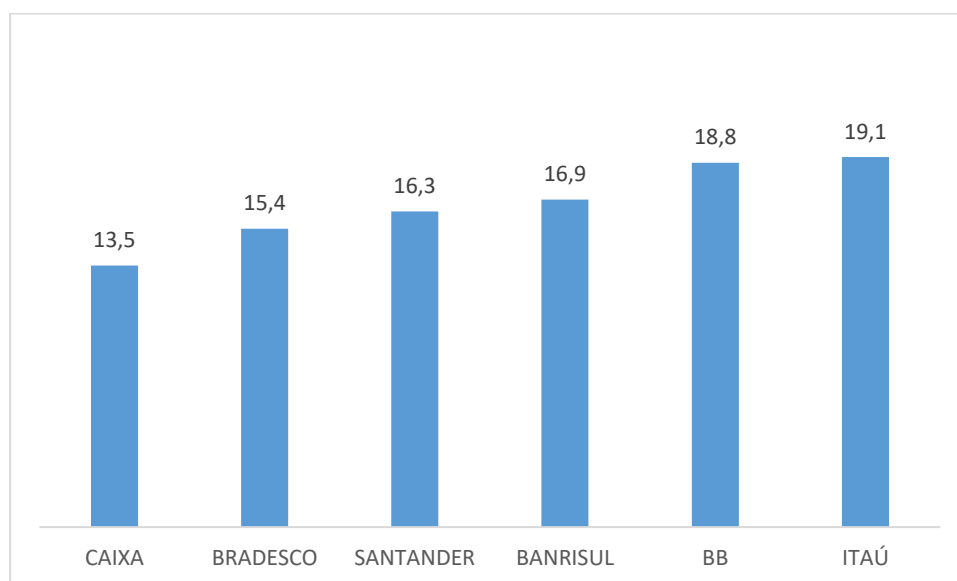
4.5.2 ÍNDICE DE BASILEIA

As análises a seguir serão feitas tendo como base a contabilidade de 2016 das seis instituições financeiras.

A seguir, é apresentado o gráfico 5 contendo os Índices de Basileia²⁰ de cada um dos bancos analisados. Para se adequar ao Índice, as instituições devem manter um percentual mínimo de 11% do Patrimônio Líquido Ajustado ponderado pelo risco. Com o acordo de Basileia III, o índice poderá chegar até 13%. *“Abaixo desse índice as instituições financeiras podem sofrer sanções do Banco Central. Quanto mais alto o índice alcançado pela instituição, menor o risco que o Banco está incorrendo de se tornar insolvente”.* (GUTIÉRREZ, p. 74, 2006)

²⁰ O Índice de Basileia é obtido pela relação do passivo total menos o patrimônio líquido, dividido pelo patrimônio líquido. Ele evidencia qual é a relação no passivo de capitais de terceiros ou próprio. (GUTIÉRREZ, 2006, p.73)

Gráfico 5: Índice de Basileia (%)



Fonte: Banco Central do Brasil. Data-base: 12/2016. Elaboração: autor.

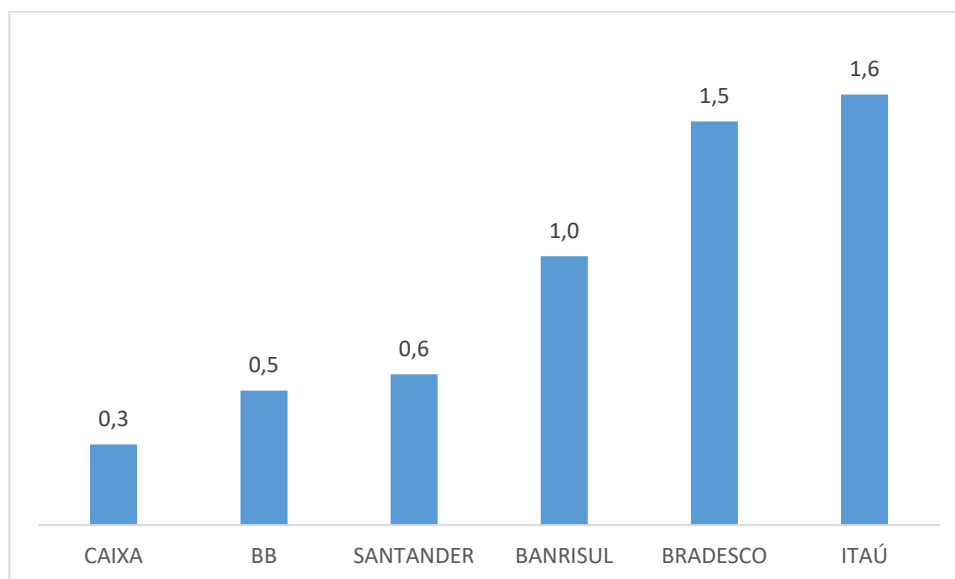
De acordo com o gráfico 5, todos os bancos analisados operam acima dos parâmetros exigidos pelo Banco Central, sinalizando a saúde do sistema financeiro nacional. O Bannisul alcançou um índice de 16,9%, superior aos bancos Santander, Bradesco e Caixa Econômica Federal e atrás apenas do Banco do Brasil e Itaú Unibanco.

4.5.3 RETORNO SOBRE O ATIVO E SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A seguir, será analisado o retorno sobre o ativo²¹. Segundo Assaf Neto (2008), o retorno sobre o ativo (ROA) expressa a eficiência operacional de uma empresa na sua capacidade de gerar lucros a partir de seus ativos, ou seja, trata-se de uma medida de rentabilidade. Quanto maior o índice, mais rentável é considerada a empresa.

²¹ O retorno sobre o ativo é calculado dividindo o valor do lucro líquido pelo valor dos ativos da empresa. (MATARAZZO, 2003)

Gráfico 6: Retorno sobre o ativo (ROA)



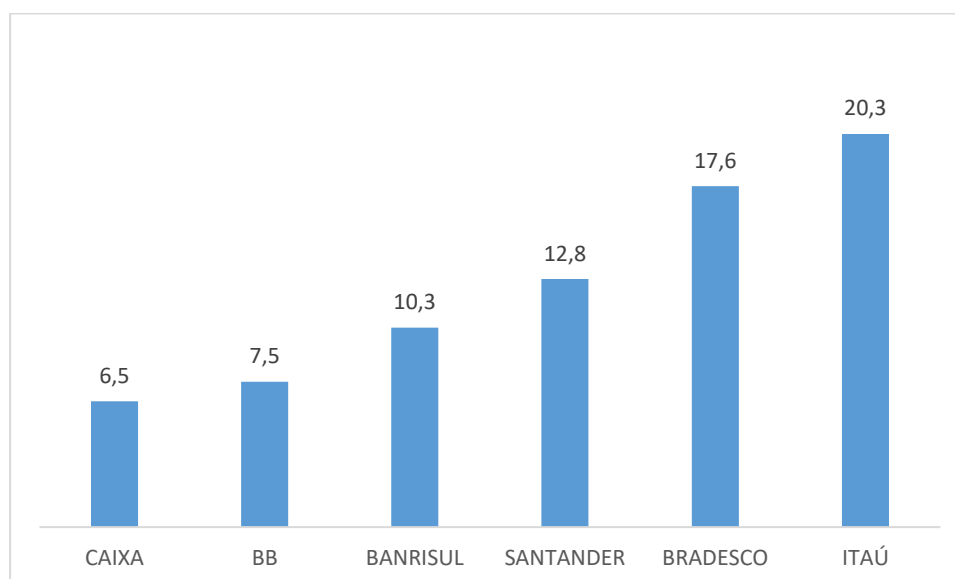
Fonte: Banco Central do Brasil. Data-base: 12/2016. Elaboração: autor.

No gráfico 6, verifica-se que, apesar de o Banrisul ser menor do que todos os outros bancos analisados, em ativos e estrutura, seu ROA expressa um bom índice de eficiência, ficando apenas atrás dos bancos Bradesco e Itaú. Os números da instituição ultrapassam os bancos Santander, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

A seguir, será analisado o retorno sobre o patrimônio líquido²² (ROE). Segundo Gutiérrez (2006, p.71), “*este indicador busca mensurar a capacidade de gerar lucros a partir do Patrimônio Líquido das empresas, ou seja, mede a eficiência em que está sendo aplicado o capital do acionista*”. Quanto maior o indicador, mais eficiente tem sido a empresa na busca de rentabilidade.

²² O retorno sobre o patrimônio líquido é calculado dividindo o valor do lucro líquido pelo patrimônio líquido médio da empresa. (MATARAZZO, 2003)

Gráfico 7: Retorno sobre o patrimônio líquido (ROE)



Fonte: Banco Central do Brasil. Data-base: 12/2016. Elaboração: autor.

No resultado comparativo, o Banrisul ocupa a quarta posição entre os seis bancos analisados, a frente do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. É mais um índice que apresenta a instituição como um banco rentável.

Em suma, este capítulo apresentou o Banrisul, desde o início de sua trajetória, passando pela sua recuperação financeira através do PROES, e analisou a presença do Banrisul no mercado bancário brasileiro nos dias de hoje.

Destaca-se, na comparação de taxas e tarifas, que o Banrisul pratica preços concorrenciais na disputa interbancária, muitas vezes com valores inferiores à média praticada.

Além disso, na comparação de retorno sobre o ativo e retorno sobre o patrimônio líquido, o Banrisul ocupa uma posição que fica na média entre os bancos analisados, o que sinaliza a rentabilidade desta instituição.

Em suma, o Banrisul é um dos poucos bancos estatais remanescentes do ajuste do PROES, inserido num mercado regional de relativa importância e reconhecido em âmbito nacional.

Em 2017, apenas cinco entre quase 30 instituições que pertenciam a estados no início da década de 1990 estão em operação no varejo de bancos

múltiplos²³. Ao lado do BRB (Banco de Brasília), Banestes (Espírito Santo), Banese (Sergipe), Banpará (Pará), o Banrisul desponta como um banco que soube se reinventar, e compete ao lado dos grandes bancos nacionais.

²³ Entre as instituições privatizadas/adquiridas estão: Banerj (Banco do Estado do Rio de Janeiro – adquirida em 1997 pelo Itaú), Banestado (Banco do Estado do Paraná – adquirida em 2000 pelo Itaú), Banespa (Banco do Estado de São Paulo – adquirida pelo Santander em 2000), BEM (Banco do Estado do Maranhão – adquirido em 2004 pelo Bradesco), entre outras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar as consequências do Plano Real no sistema bancário nacional, identificando as medidas de incentivo promovidas pelo governo para reestruturar as instituições. O estudo foi conduzido com o objetivo de examinar a presença do Banrisul no mercado bancário nacional comprometido pela concentração.

O estudo, inicialmente, procurou fazer um resgate dos fundamentos teóricos referentes ao tema, revisando os conceitos de, entre outros, centralização de capital, fusões e aquisições e a concentração no setor bancário.

A segunda parte desta monografia imergiu em um histórico do sistema bancário nacional a partir das mudanças desencadeadas pelo lançamento do Plano Real. Buscou-se verificar o resultado dos mecanismos de incentivo do governo sobre o mercado bancário, o lançamento do PROER e PROES, e a consequente concentração bancária que se desenrolou no país após a consolidação do setor.

Posteriormente, o trabalho apresentou a trajetória do Banrisul, banco criado em um contexto de necessidade de fomento ao setor rural, passando pela sua crise e posterior reestruturação com o auxílio do PROES, até a sua recuperação financeira e posição atual, banco múltiplo que compete com os principais bancos nacionais.

Cabe destacar, nesse momento, as altas taxas de crescimento do lucro líquido da instituição a partir da recuperação financeira. A instituição passou do prejuízo, em 1996 e 1997, à constante elevação de capital até os dias de hoje.

Paralelamente, esta monografia buscou avaliar a presença do Banrisul frente ao cenário bancário nacional. Foi realizada uma comparação entre o Banrisul em relação a uma seleção de cinco grandes bancos. Todos esses bancos se encontram entre os dez maiores do setor bancário nacional, por ordem de ativo, conforme o Banco Central do Brasil.

Ao analisar os dados de concorrência entre taxas, verificou-se que o Banrisul pratica preços concorrenciais frente aos outros bancos, ocupando uma posição intermediária entre os valores dos bancos analisados. Já na comparação de tarifas, o Banrisul conquistou a média mais baixa entre as instituições.

Além disso, na comparação de retorno sobre o ativo e do retorno sobre o patrimônio líquido, importantes indicadores de rentabilidade das instituições, o Banrisul ocupa uma posição que sinaliza uma boa rentabilidade, ficando à frente de grandes instituições, como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Os dados analisados auxiliam na compreensão de que o Banrisul é um banco estatal que, apesar de menor porte, compete com os principais bancos nacionais.

Dessa forma, este trabalho conclui que as mudanças econômicas ocorridas após a implantação do Plano Real, que originaram o PROES, deram condições para que o Banrisul se reestruturasse e se tornasse um importante fomentador do desenvolvimento do Rio Grande do Sul, competindo, em muitos pontos, de forma igualitária com outros grandes bancos.

Após a aderência ao programa criado pelo governo federal para a recuperação dos bancos estaduais, o Banrisul atingiu uma saudável recuperação financeira e conquistou uma posição de destaque no mercado bancário nacional, caracterizado pela concentração e por grandes conglomerados.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Gonçalves de; GOLDNER, Fábio; BRANDÃO, Marcelo Moll; OLIVEIRA, Fernando Rodrigues. **Estratégia de fusão e aquisição bancária no Brasil: evidências empíricas sobre retornos**. Espírito Santo, 2007. Revista Contemporânea de Economia e Gestão. Disponível em < www.periodicos.ufc.br/contextus/article/view/601 > Acesso em: 15 set. 2017.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. São Paulo: Atlas, 2008.

BANRISUL. **História**. Porto Alegre, 2017. Disponível em <www.banrisul.com.br>. Acesso em: 15 set. 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Bancos múltiplos**. Brasília, 2017. Disponível em < <http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bm.asp>>. Acesso em: 30 out. 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Brasília, 2017. Disponível em < <http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bm.asp>>. Acesso em: 31 out. 2017.

BANRISUL. **O Grupo Banrisul**. Porto Alegre, 2017. Disponível em <www.banrisul.com.br>. Acesso em: 30 out. 2017.

CAMARGOS, Marcos Antonio de; COUTINHO, Eduardo Senra. **A Teoria da Firma e a Fundamentação Teórica para Fusões e Aquisições: uma Análise de suas Interfaces**. Curitiba, 2008. Disponível em < <http://www.anpad.org.br/rac-e> > Acesso em: 30 out. 2017.

CAVICCHINI, Alexis. **A história dos bancos no Brasil**. Rio de Janeiro: Cop Editora, 2007.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. São Paulo, 2002.

CORAZZA, Gentil. **Crise e reestruturação bancária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. Disponível em < http://www8.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2000_08.pdf > Acesso em: 29 out. 2017.

COSTA, Fernando Nogueira. **Brasil dos bancos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

DANTAS, Giane Gomes Teixeira; TEIXEIRA, Carlos Alberto Chagas. **Fusão e aquisição na indústria bancária brasileira – estudo de caso Itaú – Unibanco**. Disponível em < <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/1022295.pdf> > Acesso em: 25 set. 2017.

FRANCO, Patricia Mendes; CAMARGOS, Marcos Antônio de. **Fusões e aquisições no setor bancário brasileiro: criação de valor, rentabilidade, sinergias operacionais e grau de concentração**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em < <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/FIN51.pdf> > Acesso em: 25 set. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Atlas. São Paulo, 2002.

GUTIÉRREZ, Cláudio Tito Gutiérrez. **A reestruturação dos bancos estaduais pós-PROES: análise do caso Banrisul**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em < http://www.cpgeconomia.uff.br/novosite/arquivos/tese/2006-claudio_tito.pdf > Acesso em: 30 out. 2017.

KREMER, Rodrigo Leite. **Estratégias de fusões e aquisições no varejo bancário brasileiro no período 1994 a 1998**. Porto Alegre, 2003.

KON, Anita. **Economia Industrial**. São Paulo: Nobel, 1994.

LAGEMANN, Eugênio. **O Banrisul como instrumento de desenvolvimento**. Banrisul 80 anos. Porto Alegre, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1987.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços**: abordagem básica e gerencial. Atlas. São Paulo: Atlas, 2003.

MELLO, Juliana Pereira de. **Concentração bancária no Brasil no período Pós-Plano Real**. Porto Alegre, 2011. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/77525>> Acesso em: 30 out. 2017.

MINELLA, Ary Cesar. **Banqueiros: organização e poder político no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ São Paulo: ANPOCS, 1988.

MÜLLER, Carlos Alves. **A história econômica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1998.

PIZZOFERRATO, Thyrso de Andrade. **Uma análise do processo de concentração bancária brasileiro entre os anos de 1988 e 1998**. Porto Alegre, 1999.

RESENDE, M.; BOFF, H. Concentração industrial. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (Org.). **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. Atlas. São Paulo, 1992.

SALVIANO JUNIOR, Cleofas. **Bancos estaduais: dos problemas crônicos ao Proes**. Brasília, 2004.

SILVA, Carlos Alberto Decotelli da. **Banrisul: do Proes ao IPO com governança corporativa**. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2008.

SIQUEIRA, Alexis Cavicchini Teixeira de. **A história dos bancos no Brasil**. Rio de Janeiro, 2007.

VAN DER LAAN, Cesar R. **Economia bancária contemporânea: perspectivas para regulação financeira.** Porto Alegre, 2011.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos da Economia.** São Paulo: Saraiva, 2008.